



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO**

Aos 30 dias do mês de abril do ano de 2019, pelas 20h30, no Theatro Club, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Maria Alice Rodrigues de Sousa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')**

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')**

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')**

- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**Ponto Um (15`):**

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Ponto Dois (15`):**

Informação da câmara municipal sobre o relatório trimestral de execução orçamental, inerente ao 4.º trimestre de 2018, da EPAVE, E.M., conforme determina a alínea b) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Três (15`):**

Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo – BEI PT 2020 (Banco Europeu de Investimento) para apoio ao investimento municipal inerente aos projetos denominados Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio e Reabilitação do largo da feira e envolvente, ao abrigo da faculdade prevista no Despacho n.º 6200/2018, de 26 de junho, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Quatro (15`):**

Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de arruamentos nas freguesias, no valor de até um milhão e cem mil euros, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Cinco (15`):**

Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da aquisição de duas casas antigas dos magistrados, no valor de até duzentos e cinquenta mil euros, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Seis (20`):**

Proposta da câmara municipal para a 1ª revisão orçamental do ano de 2019, conforme determina a alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Sete (15`):**

Informação da câmara municipal sobre os apoios concedidos no âmbito do regulamento Câmara Amiga das Freguesias, conforme determina a alínea j) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Oito (45`):**

Proposta da câmara municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2018, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto), conforme determina a alínea l) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Nove (15`):**

Apresentação do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, para os efeitos do disposto na alínea l) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Dez (15`):**

Propostas da câmara municipal para:

- a) Alteração da organização dos serviços municipais, estrutura e competências, bem como o regulamento, e organigrama respetivo, para o exercício de 2019, nos termos do Decreto-Lei 305/2009 de 23 de outubro com as especificações implícitas da Lei 49/2012, de 29 de agosto, conforme alínea m) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.
- b) Aprovação da 2ª alteração do mapa de pessoal para 2019, conforme determina a alínea o) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

**Ponto Onze (15`):**

Proposta da câmara municipal para aceitação da constituição da empresa local de natureza intermunicipal com o objeto exclusivo de proceder à triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, nos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras do Bouro, assumindo o Município de Póvoa de Lanhoso, uma participação direta de 4,20% e para mandar a BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., através dos titulares do seu órgão executivo, para prosseguir todos os atos administrativos e societários com vista a constituição do sistema intermunicipal delegatário.

**Ponto Doze (15`):**

Proposta da câmara municipal para aprovação simultânea da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Vila da Póvoa de Lanhoso, de acordo com o n.º 2, do Art.º 7 da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

Estiveram presentes, na bancada do PSD, os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; Diogo Amaral de Sousa; Sónia Margarida da Silva Fernandes.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: António Manuel Marques de Queirós Pereira; Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; Clarisse Cardoso de Matos; Paulo Alexandre Almeida Ferreira de Bastos; António Luís Gomes de Carvalho; e João Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; União de Freguesias de Águas Santas e Moure; e União de Freguesias de Campos e Louredo.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: António Antunes Ramalho; José Eduardo Pinto da Silva Baptista Vieira; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Esteve representada a Junta de Freguesia eleita como independente de Covelas.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca; André Miguel Lopes Rodrigues e João Pedro Rodrigues Barroso; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro e Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos.

Colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada no dia 22 de fevereiro de 2019.

Informou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade.

Colocou a votação a ata da sessão extraordinária realizada no dia 27 de março de 2019.

Informou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com um voto de abstenção.

Depois, concedeu a palavra à Secretária Maria Alice Sousa, para leitura da correspondência.

A deputada Maria Alice Sousa fez a leitura da correspondência recebida.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque informou que a correspondência estava disponível para consulta. Salientou o convite dirigido pela Santa Casa da Misericórdia a todos os membros da Assembleia Municipal, para participarem na procissão do dia 31 de maio próximo. Informou da existência de uma proposta, subscrita por todos os grupos parlamentares. Entregou a proposta ao GP do PS, para a apresentar.

Interveio o deputado do GP do PS, José Faria, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

*“Apresento a proposta inicialmente redigida pelo PS, mas também subscrita pelo PSD, e pelo MAI.*

*O enriquecimento de um povo faz-se com recurso à memória documentada pela escrita, pelo património arquitetónico existente e pela transmissão verbal de experiências vividas através das gerações. E se os atuais meios audiovisuais nos permitem retratá-la com elevada qualidade e preservá-la para transmissão futura, não poderão nunca ser esquecidos aqueles que, com sacrifícios diversos das suas vidas pessoais e profissionais lutaram para a engrandecer num esforço constante de conquista dos valores da liberdade e da democracia.*

*Deste modo, as bancadas do PS, do PSD e do MAI, propõem à aprovação do plenário que seja feita a recomendação à Câmara Municipal para que, no programa das futuras comemorações evocativas do 25 de abril, seja contemplada uma cerimónia de reconhecimento e gratidão aos povoenses que se destacaram na luta pelos valores de abril.*

Póvoa de Lanhoso, 30 de abril de 2019.”

**Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, informou sobre a distribuição dos tempos previstos. Deu início ao período antes da ordem do dia (PAOD). Concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, José Faria.

Interveio o deputado do GP do PS, José Faria e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes. E aqui a palavra “todos” tem um enquadramento especial, face ao tema que aqui me traz hoje. Não estou a economizar tempo para evitar repetições ou a pretender não cansar os presentes, estou a dar-lhes pleno significado para o tema que vou abordar. Completando-se a semana passada, quinta-feira, 45 anos sobre a Revolução de 25 de abril de 1974, permita-se-me a comparação com o Natal. Natal é sempre que um homem quiser. O 25 de abril, também. Natal deve ser todos os dias. O 25 de abril, também. Ele é de todos e para todos. Permitiu que hoje nos encontremos aqui a dar a nossa quota-parte para a resolução dos problemas do nosso Concelho, mas também, do nosso país. Falar sobre os pilares do 25 de abril e sobre os seus valores é muito fácil. Eles estão expressos na Constituição e restante legislação ou nos livros de história, mas, efetivamente, eles convivem connosco no dia-a-dia. O 25 de abril trouxe-nos um misto de sentimentos de alegria, de sensação de liberdade, mas também de medos e de incertezas. E trouxe também uma responsabilidade acrescida para todos nós. O país deixou de ser gerido por uns quantos, para ser geridos por todos. Tudo isto deve estar hoje bem consolidado.*

*Há cerca de um ano atrás, fiz nesta Assembleia uma intervenção em que procurei reviver alguns aspetos fundamentais do antes e do pós 25 de abril. Mas, como disse na altura, o 25 de abril foi muito mais do que estes relatos históricos. Foi o iniciar de uma nova era, de liberdade e de democracia, e deve ser, também, uma nova era de mentalidades, mas acima de tudo de práticas e de comportamentos. E a classe política é aquela que tem a maior responsabilidade neste aspeto, pois é aquela que define as regras através das quais nos regemos coletivamente. E dar sequência ao 25 de abril passa pela prática diária, sem recursos a hipocrisias ou a egoísmos. Fazemos parte de uma sociedade em que somos intervenientes para tudo o que nos convém e o que não nos convém. Somos um coletivo, temos que repartir entre todos, o bom e o mau. Paraphraseando o nosso ex-colega Nuno Aguilar: “não podemos ter sol na eira e chuva no naval”. Permita-me alguma brejeirice de linguagem, mas, “é preciso pegar o touro pelos cornos”. Começando pela classe política, em quem reside um dos maiores problemas para a implementação efetiva de um Estado livre e democrático. Os Partidos necessitam de olhar para dentro de si mesmos, para as suas práticas e para a forma como olham para*

*o povo. É fundamental não esquecer que o povo é quem mais ordena e é por ele e para ele que fomos eleitos. Os velhos processos cooperativos do Estado Novo não podem ser transportados para os dias de hoje, sob a capa da democracia. A prática partidária deve ser clara e transparente, privilegiando a equidade e igualdade de oportunidades para todos. E se, por exemplo, a inclusão alargada de familiares no Governo é muito má e deve ser apontada, não é menos mau que com isso se tente branquear a entrada de amigos ou mesmo de inimigos políticos, para que assim fiquem calados e permitam que quem comanda o possa fazer sem grande oposição. São estas práticas autistas realizadas ao longo dos anos e pelos diversos partidos políticos que tem levado à descredibilização da classe política e ao conseqüente afastamento dos eleitores. A transparência, a isenção e a verticalidade são fundamentais na prática partidária. O povo entende muito bem estas situações, as quais levam ao aumento da abstenção e, muito pior do que isso, ao aparecimento e ao crescimento de movimentos extremistas baseados no racismo e na xenofobia, como se vai presenciando por esta Europa fora que é o berço da democracia. Sobre este tema lancei um desafio, na anterior legislatura, com o anterior Presidente da Assembleia Municipal, Amândio de Oliveira, a quem aqui deixo o meu reconhecimento pela verticalidade e isenção com que sempre atuou, e obviamente sem qualquer intenção de minorizar a postura do atual Presidente. Refaço aqui esse desafio, Senhor Presidente, o da realização de um convívio que foi aceite pelo então Presidente, retomado por V. Ex.<sup>a</sup>, mas não resumido a um jantar ou a um almoço, que para além da parte gastronómica e de convívio seja a rampa de lançamento de debates e reflexões sobre qual é e qual deve ser a prática político-partidária a seguir, para a melhor defesa da democracia e das suas instituições.*

*A emigração foi uma das marcas do Estado Novo. Porque a terra dava, mesmo sem qualidade e variedade, a fome não foi o aspeto mais marcante que levou à emigração. Os baixos salários e o subdesenvolvimento, a dificuldade de acesso à saúde e outros bens, levou a um forte fluxo migratório, mais incidente nos anos 60 e 70. Maioritariamente a Europa, os Estados Unidos e o Canadá abriram-nos as portas. E agora que temos à nossa porta gente que vem a fugir de guerras, mas também à procura de uma vida melhor como nós fomos, apagou-se-nos a memória e temos dificuldade em abri-la, deixando prevalecer a insensibilidade, o egoísmo e a falta de solidariedade. Quase todos aqui dentro, senão mesmo todos, tiveram ou têm familiares e amigos que emigraram. Vocês entendem muito bem aquilo que eu digo. Por isso, também sou um europeísta convicto para as coisas boas, mas também para as coisas más. Europeísta, mas sem subjugações a poderes instituídos. Pela mesma lógica de razões, sou um defensor do serviço nacional de saúde, aquela que considero uma das mais marcantes conquistas de abril. Mesmo com serviços congestionados e até talvez mal dimensionados, ter a possibilidade e a garantia que vamos ter quem nos acuda é um bem que só se percebe em toda a sua dimensão quando não temos. Ainda me lembro perfeitamente, é há ainda aqui gente que sabe que assim foi, quando dois médicos da*

*nossa terra se revessavam aos fins de semana, a título pessoal e sem qualquer compensação material por isso, para que ninguém se visse privado de serviços médicos na Póvoa de Lanhoso. Num país que tem os salários mínimos aos níveis atuais, como é possível pensar em privatização da saúde com prática de preços aos níveis que essas instituições privadas nos oferecem. São valores imorais e é uma profunda hipocrisia achar que isto é natural, ou pior, que são imposições de terceiros, como se não fossemos nós a decidir os nossos destinos.*

*E falando de justiça, que todos estejam em pé de igualdade perante ela, que todos tenham acesso a ela de forma equitativa, não pode ser cara e acima de tudo não pode ser tão demorada. Urge fazer uma reformulação profunda. Os portugueses não podem aguardar por processos tão longos que os deixam inúmeras vezes em situação de imensa debilidade e carência; a justiça também não pode ser invencível. E cabe aqui uma referência elogiosa ao Ministério Público e aos Corpos de Polícias que, embora com falhas, erros e insuficiências várias, são o primeiro garante da defesa dos nossos direitos e liberdades.*

*Por fim o ensino: sou um dos poucos privilegiados da nossa terra e da minha geração que teve a possibilidade de seguir para o ensino secundário, após a instrução primária, e dos muito menos ainda que foram para o ensino superior. Vejo com enorme felicidade que os jovens hoje tenham acesso a um nível de ensino mais elevado, que lhes permite apresentar outra competitividade na procura de emprego e na evolução das suas carreiras, mas também aqui é necessário que o nível de qualidade se mantenha alto, e que não sirva apenas para mostrar ao mundo, e especialmente à Europa, que temos um país com níveis elevados de escolaridade. Não podemos aqui ceder à tentativa de privatizar sem impor regras de acesso para todos os portugueses e níveis elevados das formações que ministramos, mas que signifique também a possibilidade dos nossos jovens se fixarem no nosso país, promovendo o seu crescimento e consolidando as suas virtudes e os seus futuros e não uma porta de saída para um novo fluxo migratório.*

*Somos umas das 309 Assembleias Municipais Portuguesas, se não estou em erro, e temos o peso que temos no universo profissional; temos ideias, temos voz, temos capacidade e estou certo de que teremos a determinação e o empenho necessários para em conjunto continuarmos a defender os valores da liberdade e da democracia. Assim funcionamos e funcionaremos neste Parlamento, que é a casa da democracia povoense. Somos os representantes do povo, que nos conferiu mandatos da forma que muito bem entendeu, temos a responsabilidade e o dever de cumprir aquilo que lhes prometemos, garantindo os valores de abril, expressos no documento fundamental da sociedade portuguesa, a Constituição da República. Pela justiça, pela liberdade, e pela democracia, 25 de abril sempre. Viva o 25 de abril, viva a liberdade, viva Portugal.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Neste período antes da ordem do dia, trazemos o assunto do abate das tílias no Parque do Horto. Em meados de março, os povoenses ficaram estupefactos com o triste e desolador cenário do corte ou abate das árvores no parque do Horto, porque este é património de todos os povoenses e não de uma instituição em particular. Este abate de árvores tem vindo a ser recorrente no nosso concelho, numa espécie de agenda de destruição do património arbóreo que é, volto a repetir, património de todos os povoenses. Por isso, Sr. Presidente da Câmara, faço as seguintes questões: A Câmara Municipal foi informada pela Confraria do Pilar acerca do abate das referidas árvores? Quando? Não considera que, no mínimo, os povoenses deveriam ter sido informados ou alertados acerca deste processo? Existiu algum estudo, ou estudos credíveis que suportassem as decisões tomadas? Quais e quando teve conhecimento deles? Existe algum protocolo de cooperação entre o Município e a Confraria do Pilar? Se sim, em que moldes? Quais foram os apoios concedidos pelo Município para a referida intervenção? Sr. Presidente quanto tempo é que ainda me resta? Pronto. Eu queria que esse minuto que me resta fosse gasto pelo meu colega de bancada, Dr. Ramalho. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

*“Eu venho aqui ao palco para também eu fazer referência a uma efeméride, que é efetivamente a efeméride 25 de abril, que acabamos de celebrar há escassos dias atrás. Pois também eu vivi, e vivi intensamente, o 25 de abril. Eu estava na tropa nessa altura, não participei diretamente nas operações, mas estive na retaguarda para apoiar a Escola Prática de Cavalaria de Santarém e o Capitão Salgueiro Maia; portanto, foi um dia memorável, um dia que não esquecerei, tal como não esqueço as situações de mobilização que aconteciam naquela Unidade em Torres Novas: a cada passo ia um batalhão ou quatro companhias para o ultramar e tenho presente, na minha memória, as mães, as irmãs, as namoradas a chorar ali, na hora da despedida. Portanto, é naturalmente uma data para recordar, é uma data que me marcou e é uma data que todos devemos preservar. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Celebramos na passada quarta-feira, dia 25 de abril, os 45 anos da Revolução dos Cravos, que pôs fim ao regime ditatorial, e os 44 anos da primeira eleição livre para a Assembleia da República. Comemorar o aniversário do 25 de abril é uma responsabilidade e um orgulho para qualquer órgão governativo e representativo da vontade do cidadão, expressa através do voto, como é o caso desta Assembleia Municipal. E fazê-lo não é nem pode ser apenas o cumprimento de um dever, uma formalidade sem significado. Comemorar o 25 de abril é prestar homenagem a todos aqueles que lutaram e resistiram a um regime ditatorial e que, naquele dia, em nome do povo português, libertaram o povo para devolver ao povo a condução dos seus destinos. Comemorar o 25 de abril é também tempo para agradecer aos militares que lutaram na guerra colonial, independentemente de concordarem ou não com a política ultramarina. Aos muitos que pereceram e aos que sobreviveram, agradecemos. Agradecemos especialmente aos que quebraram um ciclo da guerra colonial, dando esperança à criança que naquele tempo dizia: “quando for grande não vou combater”.*

*Comemorar o 25 de abril é honrar o regime democrático em que vivemos, fundados nas relações de abril de 74 e em novembro de 75. Honrar este regime é afirmar que Portugal é uma República que reconhece o primado da dignidade da pessoa humana e que Portugal é um Estado onde o respeito, a dignidade e a garantia dos direitos fundamentais não são negociáveis. Provamos, sem dúvida, que a liberdade é mais forte do que o medo. Porém, 45 anos depois, importa perguntar: O que conseguimos e o que está por fazer? Conseguimos tanto. Nas últimas décadas, 21 Governos foram cumprindo os ícones constitucionais de tentar garantir o Estado Social, com saúde, educação, igualdade de oportunidades para todas as pessoas, procurando que Portugal seja cada vez mais um país onde não importa quem somos, quem são os nossos pais, de onde viemos, no que acreditamos, quem amamos.*

*As nossas gerações olham por isso com gratidão para o que as gerações que nos precederam nos deram. A elas devemos, tantas e tantas conquistas, nas mais diversas áreas de governação. Nós, os mais novos, temos tido, desde que nascemos, acesso a oportunidades com que as gerações anteriores apenas puderam sonhar. Somos, por isso, o produto de um Portugal sonhado. O facto de a minha geração ter nascido e sempre vivido em liberdade não significa que a minha geração prescindia de defender a liberdade ou que se esqueça que o nosso país nem sempre a teve. Porque a liberdade funda-se num dia, mas não se constrói numa noite. Relembra-se o 25 de abril, ano após ano, mas conquista-se todos os dias. Uma liberdade que é minha, que é vossa, que é nossa. Uma liberdade que é do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Duque e restantes membros da digníssima Mesa, a quem aproveito para cumprimentar, pois é graças a esta liberdade que têm a oportunidade de liderar o órgão deliberativo e representativo de todos os povoenses. Uma liberdade que é dos três líderes parlamentares, Luís Amaro*

da Costa, Filipe Silva e Rui Rebelo, a quem aproveito também para cumprimentar e que graças a esta liberdade têm a oportunidade de liderar a bancada parlamentar dos seus partidos, sem terem nada que recear por aquilo que disseram. Uma liberdade que é de todos nós, deputados municipais, os Presidentes de Junta, Sr. Presidente de Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, que a todos também cumprimento, pois é graças a ela que hoje aqui estamos na casa da democracia, Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso. Uma liberdade que é da comunicação social aqui presente, que também cumprimento e que hoje é possível levarem a cabo o seu trabalho, sem correr o risco da censura do lápis azul, que outrora tanto por aí imperava. Uma liberdade que é de todos os homens e mulheres aqui presentes, dos mais jovens aos mais velhos, a quem presto aqui os meus cumprimentos, para quem abril significou um passo largo na direção da igualdade entre homens e mulheres, a efetivação do direito ao voto e à liberdade de movimentos, entre muitas outras conquistas. Talvez ainda haja muito por fazer e o povo português espera e reclama de cada responsável político que se faça mais, que se faça melhor. Sou jovem ainda, nascido nos finais da década de 80. Não vivi o 25 de abril de 74 e, como já disse anteriormente, a luta pela liberdade democrática que na passada quinta-feira recordamos, faz parte da herança de todos nós, os mais jovens. Recebemos da geração antecessora à nossa. Daí que, para mim, e com todo o respeito e consideração, faça mais sentido hoje refletir o valor que essa herança tem para a minha geração e os desafios que nos coloca. Hoje em dia é comum ouvir-se que esta geração jovem está melhor preparada, por ser aquela que teve acesso aos melhores cuidados de saúde, à melhor educação do ponto de vista pedagógico, e a mais bem-estar individual. Embora todos reconheçam as dificuldades que enfrentamos no mundo atual, como é o caso da emancipação jovem e autonomia jovem por força do flagelo social que é o desemprego em variadas áreas qualificadas e que outrora não se vivera com a mesma angústia que se vive de há uns anos para cá, reconhece-se também que estamos melhor dotados do que qualquer outra geração no passado, para enfrentar essas mesmas dificuldades.

Para esta geração jovem, a democracia e a liberdade significam mais do que a instalação de vontades quadrienais expressas pelo povo, através do voto. Significam mais do que o primado do Estado de direito e uma justa justiça, lutas sempre atuais e pertinentes, independentemente das épocas ou dos estados de evolução das sociedades. Significam de facto a liberdade de cada um escolher um caminho perante as opções que se colocam é a liberdade de se escolher o projeto de sociedade que se quer, mais do que a pessoa que o concretiza. É a liberdade de exprimirmos a nossa opinião e, com isso, contribuímos para a discussão pública sobre a sociedade. Estas liberdades, estas livres vontades ganham força renovada num tempo em que a informação flui a uma velocidade nunca antes vista e que está ao alcance de todos. Um tempo que maximiza os passos e os meios para que a voz de cada um seja ouvida com a expectativa de que a mesma voz seja de facto tida em conta. Espera-se que a participação individual de cada

*um seja mais do que confiar o apoio pontual a um partido através do voto depositado na urna. Muito mais do que isso é a vontade de fazer parte de um projeto de sociedade, lutarmos pelo bem comum, pela humanidade. Mas paradoxalmente, verificamos que os cidadãos em particular os mais jovens estão cada vez mais afastados dos meios de participação política tradicionais. As elevadas taxas de abstenção, especialmente nas eleições para o Parlamento Europeu, são sempre um ponto de reflexão a cada eleição, lançando questões sobre a verdadeira representatividade democrática. Para solucionar estas novas questões, precisamos de novas respostas. Não podemos esperar que, repetindo as respostas do passado, possamos alcançar respostas e resultados diferentes. Urge a necessidade de uma mudança real efetiva, mais do que na forma ou na encenação e para tal o poder local assume um papel privilegiado. Já em tempos antigos, longínquos se reconhecia esse papel, ao afirmar-se que são as comunas que constituem a força das nações livres e que as Assembleias locais estão para a liberdade como a instrução primária está para a educação, pois trazem a liberdade para o alcance das pessoas, ensinando-as a praticá-la e a apreciá-la. Pela proximidade do nível de decisão com a população, nós autarcas temos ao nosso dispor as ferramentas para construir novos meios de desenvolvimento e auscultação dos cidadãos. Ferramentas para cumprir os princípios na base da democracia, concretizando-os, ferramentas para transpormos do papel para a realidade princípios abstratos, como a autonomização e responsabilização. Aquela responsabilidade que temos de passar a quem não vai exercer o direito de voto, por exemplo. Mecanismos para aproximarmos a decisão dos cidadãos, envolvendo-os nessa mesma decisão, por ao seu dispor a informação e a decisão que se faz nos órgãos autárquicos, utilizando os meios de comunicação disponível, com particular enfoque para a internet e para as novas tecnologias. Precisamos de levar os grandes debates municipais para a sociedade civil, ouvindo-a, mas ouvindo-a livremente, sem procurar condicionar a sua opinião ou balizar a sua participação com manhas antigas, vencer pelo cansaço ou disfarçando a opinião dos agentes políticos da opinião dos cidadãos. Temos que respeitar a opinião de todos, ainda que dela possamos discordar, pois a democracia tem esta mesma característica, a de olhar para a diversidade como uma razão unificadora de pessoas e ideias diferentes. É necessário cada vez mais respeitar e valorizar as ações coletivas da sociedade, quando esta se mobiliza genuinamente em torno de uma causa.*

*Minhas senhoras e meus senhores, se esta geração está mais bem preparada, se a sociedade civil nunca, como hoje, teve meios ao seu dispor para opinar com fundamento sobre os mais diversos temas, mais não temos a fazer senão ser a sua voz, dar-lhe espaço e procurar responder aos seus anseios na ação política, em vez de anuir no momento e fazer desses anseios tabua rasa de seguida, porque as ameaças que se colocam à liberdade renovam-se em cada época. As ameaças de hoje não são as da PIDE, mas muitas delas são renovadas de entre institucionais democráticos, como bem vemos por essa Europa fora e por esse mundo fora. Respeitar a liberdade e cultivar a*

*democracia está também nas nossas mãos para que saibamos cumprir os preceitos de abril, da liberdade e o que ela significa no momento para cada geração. Abril cumpre-se todos dias, abril é saber cuidar e respeitar o passado e preparar o futuro. Abril é colocar Portugal nas mãos de todos nós, dos mais jovens aos mais velhos; celebremos os valores de abril hoje e sempre. Viva a liberdade. Viva o 25 de abril. Viva a Póvoa de Lanhoso. Viva Portugal.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PS, António Carvalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Retomando o tema do 45.º aniversário da Revolução de Abril, eu prefiro chamar revolta dos jovens militares, a maioria dos quais com o posto de Capitão, cansados da guerra, alguns já com 3 comissões em África, será hoje oportuno lembrar, a propósito daquela comemoração que o manifesto das forças armadas preconizava, a descolonização. Esta verificou-se nem sempre como todos gostaríamos que se processasse, mas as consequências para a população não autóctone das então colónias seriam muito mais nefastas se, em vez de um acordo, com os movimentos da guerrilha, sofrêssemos uma derrota militar. Tal desenlace estava eminente na Guiné e o regime ditatorial que então vigorava no nosso país era incapaz de encontrar uma solução política e iria culpar os militares por incapacidade operacional, tal como tinha acontecido em Goa, Damão e Diu. A situação militar em Angola e Moçambique não era tão angustiante, mas a guerra que politicamente era condenada na organização das Nações Unidas, onde nos acusavam de colonialismo, estava também de uma maneira ou de outra perdida. Em Moçambique, e aqui tenho conhecimento pessoal da situação no terreno, a FRELIMO já dominava nos distritos de Cabo Delgado e Tete, todo o Norte portanto, estando então a intensificar significativamente a guerrilha na região centro do país, a zona que foi recentemente devastada pelo Ciclone Idai. Em Angola, com a existência de três movimentos de libertação que se guerrilhavam entre si, a situação, embora pendente favoravelmente para o lado da guerrilha, era, sob o ponto de vista militar, mais desanuviada, sendo porém impossível, dadas as características de uma guerrilha e da conjuntura internacional adversa, um desenlace que nos fosse favorável. Foi nesta guerra entre 1961 e 1975 que lutaram cerca de um milhão de jovens portugueses, entre os quais me incluo; destes perderam a vida perto de 10 mil e estima-se que 40 mil ficaram com mazelas físicas e psíquicas que os impossibilitaram, e aos seus familiares mais próximos, de terem uma vida normal. Lá nas zonas de guerra, depois das operações militares de regresso ao aquartelamento, muitas vezes não mais que abrigos cavados no chão como tocas de animais, os combatentes procuravam o esquecimento como forma de anestesia emocional, muitas vezes no álcool, quando não nos alucinogénios. Uma vez*

*regressados da guerra, ao retomar a vida civil, quantos de nós sofrem, como sequelas menores, de insónia, irritabilidade constante, cansativa situação de alerta permanente. As situações mais graves, o alcoolismo e outros distúrbios de ordem psíquica, entre os quais o stress pós-traumático, levaram muitos de nós à miséria, quando não até ao crime. Nós, os militares não profissionais que cumprimos serviços militar obrigatório e que constituímos 95% dos militares combatentes que passaram por esta guerra, fomos então descartados sem qualquer tipo de reconhecimento institucional, sem apoio médico e medicamentos especializados, nem apoio social que reconhecesse o nosso sacrifício, mas apesar do que passamos e da ingratidão da pátria, a esmagadora maioria de nós foi capaz de substituir a espingarda G3, nossa ferramenta de defesa 24 horas por dia, pelas ferramentas do nosso trabalho civil sem grandes sobressaltos. Habitamo-nos a apreciar o valor da solidariedade, da amizade, da lealdade. Quantos de nós arriscaram a sua própria vida em nome daqueles valores? Mesmo assim, cerca de 10 mil jovens portugueses perderam-na, 24 dos quais naturais deste Concelho. Por todo o país tem aparecido memoriais que farão lembrar às gerações vindouras que, entre 1961 e 1975, houve uma guerra lá longe, onde morreram jovens portugueses. Também na Póvoa de Lanhoso, os que ainda não enfrentámos a foice do quarto cavaleiro de apocalipse que nos levará para o além, temos procurado não esquecer os camaradas militares mortos em combate. Queria então aproveitar esta oportunidade, e creio poder fazê-lo em nome de todos os ex-combatentes do Concelho, para agradecer às Juntas de Freguesia, na pessoa dos senhores presidentes, a forma atenciosa e carinhosa como temos sido recebidos quando anualmente nos reunimos para homenagear os militares mortos, naturais dessas freguesias. Em nome deles, que cá já não estão, bem hajam.*

*À Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, quero – julgando igualmente transmitir o sentimento de todos os ex-combatentes – agradecer a forma interessada como tem acompanhado o nosso trabalho e acolhido as nossas pretensões, nomeadamente no que diz respeito ao memorial concelhio erigido na Vila, que evocará os 24 combatentes do Concelho que perderam, na guerra de África, o seu bem mais precioso, a vida, e cuja inauguração está prevista para 2020, no dia do nosso convívio anual. Aproveito ainda esta oportunidade para fazer um pedido, Sr. Presidente, que sensibilize os seus pares de outros concelhos para que sigam o exemplo da Póvoa e Lanhoso, a começar pelo Concelho vizinho, cuja cidade era a capital do distrito, quando tal divisão administrativa existia. Criar desta forma a possibilidade de prestar mais uma justa homenagem a um membro de uma das ilustres famílias de raízes povoenses que teve, entre outras virtudes, na luta pela liberdade democrática, uma constante intervenção. Nascido em Barga e já com todo o merecimento homenageado neste Concelho com o nome de uma das ruas centrais da Vila, o Capitão Paraquedista, promovido a Major, por distinção, Luís António Sampaio Tinoco de Faria, morto em combate na Guiné em 1966, fez no domingo passado exatamente 53 anos, merece mais*

*esta homenagem, desta vez no Concelho onde está registado o seu nascimento. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Quem é que gosta, nesta bancada, que se abatam árvores? Eu penso que ninguém. Na Póvoa de Lanhoso, desde que este executivo tomou posse, abateu 15 árvores, 3 no Campo da Feira, porque estavam doentes e estavam sinalizadas, 3 na Rua S. José, porque estavam a derrubar muros, e as restantes no Parque de Caravanismo, onde está agora situado. Se abatemos 15 árvores, posso-vos dizer que plantamos perto de 300. Disso ninguém falou. Mas falaram do abate. Acho que deveriam também dizer e falar sobre o que o Município está a fazer em relação à plantação das mesmas. Em relação à Confraria do Pilar, eu tenho plena confiança nas pessoas que lideram esta Confraria e ninguém é tolo para deitar 4 ou 5 árvores abaixo sem nenhum motivo, penso eu; só se alguém for tolinho da cabeça é que deita 4 ou 5 árvores abaixo. Eu penso que não. Por isso mesmo, depois de ver a notícia no jornal, dirigi-me ao Juiz da Confraria para perguntar por tal acontecimento. Ele transmitiu-me que tinham dois estudos, de duas pessoas credenciadas em que as árvores estavam doentes e estavam em perigo; por isso mesmo a Confraria derrubou essas árvores. É a informação que eu tenho, e posso dizer que tenho confiança plena nas pessoas que lideram esta Confraria. Em relação ao material que pusemos à disposição, como pomos à disposição de todas as Confrarias ou Associações do Concelho, foi o paralelo e foi a máquina que pusemos à disposição da Confraria. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira e, no uso da palavra, referiu:

*“ Sr. Presidente, o que é facto é que as árvores foram mesmo abatidas e as árvores já não se encontram no Parque do Horto. Se estavam doentes porque é que não foram tornados públicos esses tais dois estudos? E eu pergunto-lhe muito diretamente, o Sr. Presidente viu esses estudos? Leu esses estudos? O que é que eles diziam? E eu perguntava também porque é esses estudos não foram tornados públicos? Porque se o Parque do Horto é de todos nós, é dos povoenses, porque é que as pessoas não podiam saber que essas árvores supostamente estariam doentes, como o Sr. Presidente ainda agora falou? É que há aqui muitas incongruências e é isto que nós queremos ver esclarecido.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP MAI, António Ramalho e, no uso da palavra, referiu:

*“Eu gostaria que o Sr. Presidente, além das respostas que deverá dar com certeza ao meu colega Eduardo, que me respondesse, naturalmente se souber – supostamente saberá, uma vez que, falou com o Juiz da Confraria – quem foram os autores desses estudos? Para podermos avaliar qual é a mais-valia científica dos estudos que produziram. Por um lado; por outro lado, qual é a patologia que foi identificada de que as árvores padeciam? Mais, e padeciam todos da mesma patologia e no mesmo grau, que tivessem de ser abatidas? Não poderia haver uma situação de poda que diminuísse a sua copa, o seu peso e o seu varejo? Pergunto: nessa situação, há estudos, há pareceres mas ninguém identifica os autores dos pareceres. Desconhecemos qual é a valia científica desses pareceres e desconhecemos quais são as patologias, afinal, de que as árvores padeciam, porque ninguém veio dar essa informação. Supostamente, creio eu, o Sr. Presidente terá essa informação e, portanto, eu agradecia que a transmitisse. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Naturalmente não tinha previsto intervir nesta altura; mas, após a explicação do Sr. Presidente, apenas queria dizer que não é verdade que não se tenha falado das plantações das árvores, porque um Vereador do PS fartou-se de falar das plantações que vocês fizeram. Agora, não pôde foi falar bem porque, segundo os conhecimentos técnicos que ele tem, não é a altura ideal para plantar árvores e, portanto, não pôde foi falar bem da plantação, mas que falou da plantação, falou. Indo de encontro aquilo que a bancada do MAI aqui questionou, nós também gostaríamos de ter conhecimento desses tais estudos, para que fossem mais claras para toda a gente as causas do real abate das árvores. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Filipe Silva, todas as árvores que plantámos foi no momento da plantação. Nenhuma foram feitas após o período da plantação. Estou a dizer as que a Câmara*

*plantou. Agora, com respeito à Confraria do Pilar, sabem perfeitamente que é privada a própria Confraria e, por isso mesmo, como é privada, a última conversa que eu tive com o Juiz da Confraria foi que punha à disposição das pessoas que não confiavam nele – portanto, eu confio nele, eu confio na Confraria e confio nos elementos da Confraria. Ele põe à disposição todos os relatórios que tem, às pessoas que não confiam na Confraria. Obrigado.”*

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia. Iniciou o ponto 1 da ordem de trabalhos: **Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Da análise à informação da atividade da Câmara Municipal, continuamos a verificar uma forte execução das atividades e de investimentos do Município. Em linha com as informações anteriores, assiste-se a uma fase positiva de desenvolvimento do nosso Concelho, a vários níveis. Nestes poucos mais de 2 meses, continuamos a executar as principais obras desta primeira fase do mandato, de onde destaco o fecho da rede de água e saneamento, bem como a requalificação da Escola EB 2/3 Gonçalo Sampaio. Ontem mesmo iniciámos mais uma obra importante que há anos que é reclamada; a requalificação do Largo da Feira vai permitir melhorar o espaço fundamental para a atividade económica das empresas que todas as semanas ali fazem o seu negócio, mas também será uma mais-valia para esta parte da Vila, que ficará mais confortável e mais bonita. Por estas semanas finalizámos também os procedimentos administrativos que vão permitir lançar os concursos das obras assumidas com os senhores presidentes das juntas, mais um contributo para a coesão do nosso território, levando o desenvolvimento a todo o Concelho. Os pelouros e serviços da Autarquia continuam a executar o seu plano de atividades, respondendo às necessidades dos povoenses. Permitam-me que destaque 4 iniciativas, de entre as várias que realizámos: entregámos as bolsas de estudo a mais de 100 alunos do nosso Concelho. Esta é uma medida fundamental para o futuro desta terra, ajudando a formar os nossos jovens, para que tenham mais sucesso na sua vida profissional. A realização da Feira do Livro, que permitiu colocar a leitura no Centro da Vila e na agenda das Escolas, com vários momentos interessantes, dos quais destaco a entrega dos prémios do Concurso António Celestino. O encerramento do Concurso Nacional do Teatro demonstrou que a Póvoa de Lanhoso é uma terra especial, ao nível da cultura, e do Teatro em particular. Foram várias semanas de espetáculo que certamente contribuíram também para motiva, a reorganizar o grupo cénico povoense, que estava sem atividade e que a todos nos orgulha. E, por último, destaco a realização*

*da Gala do Desporto, que reconheceu o mérito desportivo de vários povoenses, sendo também um incentivo à prática de estilos de vida saudáveis. No fundo, estes exemplos revelam uma atividade transversal aos vários pelouros, que cumpre o objetivo de melhorar a vida dos povoenses.*

*A situação económica da autarquia está estabilizada. De registar que a subida pontual da dívida orçamental justifica-se essencialmente por dois motivos: o registo das nossas contas da participação que faremos à EPAVE, e que representa cerca de meio milhão de euros; e o atraso no recebimento das participações dos fundos comunitários, que é de mais ou menos 551 mil euros. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Relativamente à atividade do Município, o MAI regista com agrado a atividade no que toca à educação. Sabemos que, hoje em dia, as famílias vivem tremendas dificuldades económicas e, por essa razão, as bolsas de estudo entregues a cerca de 120 estudantes são importantíssimas. Também a luta contra o insucesso escolar é extremamente importante e, quanto a isso, também ficamos muito satisfeitos com a preocupação deste executivo com esta temática. Relativamente ao ponto do desenvolvimento social, notamos, estranhamente, que não fazem referência às visitas do Presidente na Câmara, efetuadas no presente mês de abril, a Centros de Convívio do Concelho e que, por sua vez, a página da internet do Município publicita. Foram os Centros de Convívio do Concelho, designadamente, neste caso, os de Rendufinho, Friande e da Vila da Póvoa de Lanhoso. Assim, impõe-se fazer notar o seguinte, Sr. Presidente. Na Assembleia Municipal de 30/11/2018, o Grupo Parlamentar do MAI perguntou-lhe pelas conclusões da denominada “Presidência Aberta” que o Sr. Presidente levou a cabo no início do mandato às instituições de solidariedade do Concelho. Na realidade, ficamos muitos expectantes com a referida “Presidência Aberta”, pois as visitas que nós fizemos anteriormente às IPSS’s do Concelho resultaram numa grande desilusão das mesmas com o poder camarário, sem exceção, na medida em que se verificou um certo afastamento e desinteresse político por parte do executivo municipal. Na ocasião, V.Ex.ª respondeu em plena Assembleia Municipal o que passo a citar: “Nós já fizemos visitas a todas as instituições e tirámos conclusões. Vamos fazer 4 grupos de trabalho para ver o que é necessário em termos de IPSS’s e vamos, de certeza, fazer mais por elas dentro daquilo que elas definiram naqueles grupos de trabalho e disso daremos conhecimento à Assembleia Municipal.” Fim de citação.*

*Sr. Presidente, aqui chegados, nada sabemos dos resultados dessas visitas ou o que é que foi feito dos quatro proclamados grupos de trabalho. Uma vez que decidiu retomar*

*as visitas à componente institucional de solidariedade, o que achamos muitíssimo bem, mas ainda assim que é preciso e é mais do que tempo para que os povoenses conheçam os resultados da “Presidência Aberta”. É isso que gostaríamos de saber aqui e agora, sob pena de podermos legitimamente deduzir que tudo não passou de uma encenação de poder e sem resultados práticos para a política social do nosso Município. Por último e embora não faça menção nesta atividade do Município, queria só dizer que o MAI está extremamente contente com o grupo cénico povoense do teatro amador da Póvoa de Lanhoso que, segundo sabemos e até por um post que o Sr. Presidente fez no seu Facebook, é tempo de valorizar os atores e atrizes do nosso Concelho. Por isso, uma palavra de apreço por este apoio da Câmara, também a este grupo e que tem por isso o nosso total apoio. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP do PS, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, antes de entrar propriamente no ponto 1, permita-me apenas fazer um pequeno gesto de agradecimento e reconhecimento. Celebrámos a semana passada os 45 anos da Revolução de 25 de Abril, momento ímpar para o nosso país e para a história coletiva de todos pelo que derrubou e pelo que tem vindo a construir. Mas, celebrar a liberdade não pode nunca ser sinónimo de esquecimento. Não podemos esquecer os tenebrosos 48 anos de ditadura fascista que assolaram o nosso país e as nossas gentes.*

*Sr. Presidentes, Senhoras e Senhores deputados, o que é que aqui hoje fazemos reunidos em Assembleia Municipal, eleitos por voto livre e direto dos povoenses, com as mais diferentes sensibilidades e pontos de vista? É perpetuar aquilo pelo que o povo, os capitães de abril e o MFA sonharam e concretizaram há 45 anos atrás. Assim sendo e sendo ele deputado municipal, não poderia deixar passar em claro um agradecimento aos que lutaram, e ainda lutam hoje, por manter a democracia, no caso da bancada parlamentar do PS, o Capitão Carvalho, e no caso da bancada do PSD, o Sr. António Machado.*

*Sr. Presidente, entrando no ponto 1, e tendo feita a análise da informação contida, informamos que o PS se encontra inteirado. Contudo, Sr. Presidente da Câmara, no ponto da dinamização cultural afirmam, sobre as festividades de S. José, e passo a citar: “Fazemos um balanço muito positivo a respeito da adesão das pessoas à forma como decorreram as festas concelhias. O programa foi cumprido tal como previsto. As novidades que introduzimos foram muito bem acolhidas e de certeza que os povoenses estão orgulhosos destas Festas Concelhias.” Fim de citação.*

*Questiono: Em que dados se baseia o executivo para fazer este balanço? Tem ou fez este executivo um estudo que tenha permitido aferir impacto económico, social e cultural das*

*festividades? Sabemos que a missão pública não visa o público, mas importa aferir se realmente as festividades surtiram efeito no comércio local, na atração turística e hoteleira. Pode perante esta Assembleia garantir isso, Sr. Presidente? Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Relativamente a este ponto 1 da ordem de trabalhos, a análise da atividade do Município, desde a última Assembleia até esta, cerca de dois meses, eu irei aborda-lo de forma geral, dado que o Sr. Presidente de Câmara já abordou com detalhe a atividade do Município. E é de facto de louvar a panóplia de atividades nas mais variadas áreas, seja na educação, na juventude e associativismo, na ação social, área para a qual a Câmara Municipal olha com especial atenção, como é o exemplo das constantes atividades que envolvem os Centros de Convívio e as IPSS’s concelhias. Na cultura e neste período, tivemos as festividades de S. José, que decorreram no nosso entender com sucesso. No combate ao desemprego, enfim, são bastantes os motivos para salientar a vontade e o esforço, por parte do executivo municipal da Póvoa de Lanhoso, em cumprir com aquilo com que se comprometeu quando se submeteu a sufrágio. Relativamente a obras, tem sido bastantes e sabemos que também algumas delas, durante a sua execução, afetam o quotidiano dos povoenses. Mas certamente que, no final, todos ficaremos mais satisfeitos, pois a Póvoa de Lanhoso está a ficar cada vez mais airosa, requalificada e melhorada, em termos de mobilidade e alargamento de rede de água e saneamento, nas várias freguesias do Concelho.*

*Relativamente às contas, nota positiva para o equilíbrio financeiro, o que demonstra que o executivo municipal continua a ter uma capacidade rigorosa na gestão dos cofres do município. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. deputado José Eduardo, eu convido-o a ir ao CLAS e lá vai perceber o trabalho que se tem feito com as IPSS’s, seja nas empresas, seja nas IPSS’s, seja nas escolas e mesmo nas juntas de freguesia. De certeza que vai ficar orgulhoso, como eu estou. São as perguntas que me fez. Obrigado.*

*Em resposta ao Sr. Miguel Pereira, as Festas S. José, pelas pessoas que eu contactei ou que me contactaram, todos me felicitaram e felicitaram o executivo pelas festas, que*

*este ano correram no nosso Concelho. Eu só tenho a agradecer, às juntas de freguesia, o envolvimento que tiveram nestas Festas, às IPSS's e às associações do nosso Concelho. Sem elas, de certeza que estas Festas não teriam o sucesso que tiveram.*

*Em relação ao envolvimento das pessoas, a reação que nós tivemos, por parte dos empresários e dos comerciantes, disseram-nos que foram das Festas de S. José em que mais envolvimento tiveram e mais venderam. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

*“Oh Sr. Presidente, eu não posso deixar de manifestar a minha satisfação pelo relevo que deu às atividades do seu mandato, o seu primeiro ano de mandato. É que todas elas, desde as bolsas de estudo, a Feira do Livro, o Concurso de Teatro e a prática desportiva, são projetos do mandato do Tinoco de Faria e do Lúcio Pinto.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho e, no uso da palavra, referiu:

*“Eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se quando ele é questionado sobre uma determinada matéria é normal remeter as pessoas para ir consultar o CLAS? Eu acho que o Sr. Presidente da Câmara tem que responder às questões que lhe são colocadas. Não é: “Vá ao CLAS, vá aos serviços, vá aqui ou vá ali.” O senhor está aí é para responder, não é para remeter as pessoas para aqui, para ali ou para acolá. Portanto, acho isso uma situação perfeitamente normal. Não estou a imaginar, por exemplo, o Primeiro-Ministro na Assembleia da República dizer aos deputados: “Olhe, vá ao serviço tal e veja lá isso.” A situação não é assim. O senhor tem que responder às questões que lhe são colocadas. E o senhor não pode remeter para este ou para aquele serviço ou para esta ou aquela divisão. Era só, Senhor Presidente.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

*“Este plano de atividades é desde a última Assembleia até esta. Obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque iniciou o ponto 2 da ordem de trabalhos: **Informação da câmara municipal sobre o relatório trimestral de execução orçamental, inerente ao 4.º trimestre de 2018, da EPAVE, E.M., conforme determina a alínea b) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Este relatório cumpre o dever de informar os órgãos executivo e deliberativo, como imposto por lei. Sendo este relatório correspondente ao último trimestre do ano 2018, pode-se considerar ultrapassado pelo relatório e contas do ano 2018, incorporado no relatório e contas da entidade proprietária, a Câmara Municipal. Há rubricas com execução superior a 100%, porque correspondem a reembolsos referentes ao exercício anterior e outras com uma execução de 0%, dado o financiamento se ter constituído rendimento no momento do seu adiantamento, ou seja, no exercício anterior, referente ao ano de 2017. Apesar de ser um documento técnico, o mesmo contém toda a informação necessária, suficiente para informação dos senhores deputados. Muito obrigada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, precisamos de chegar ao final do mês de abril de 2019 para percebermos que a EPAVE está desde 2018 a pagar renda à Câmara Municipal da Póvoa e Lanhoso e que o valor contratualizado é de 10 mil euros por ano, durante um período de 5 anos. Faço notar que a Câmara Municipal foi interpelada na última sessão ordinária desta Assembleia, para informar sobre o valor da renda, e nada disse.*

*Constatamos da análise do relatório que o valor da renda pago à Câmara Municipal, nos 5 anos, dá para assegurar quase a totalidade da contrapartida nacional das candidaturas aprovadas no âmbito do Capital Operacional Humano.*

*Pergunto: O valor da renda foi ou é ilegível em sede das candidaturas aprovadas? Obrigada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e ,no uso da palavra, referiu:

*“Apenas para dizer que estamos inteirados do ponto, e tal como a Senhora Vereadora na apresentação disse, mais tarde vamos ter a oportunidade de falar mais um bocadinho sobre as contas da EPAVE, e portanto deixamos a nossa intervenção para essa altura.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Apenas para referir igualmente que o GP do PSD se encontra inteirado em relação a este ponto da ordem de trabalhos.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Só para responder, à senhora deputada Carla Santos, que o valor da renda é ilegível em sede de candidatura.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da câmara municipal sobre o relatório trimestral de execução orçamental, inerente ao 4.º trimestre de 2018, da EPAVE, E.M., conforme determina a alínea b) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, iniciou o ponto 3 da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo – BEI PT 2020 (Banco Europeu de Investimento) para apoio ao investimento municipal inerente aos projetos denominados Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio e Reabilitação do largo da feira e envolvente, ao abrigo da faculdade prevista no Despacho n.º 6200/2018, de 26 de junho, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador João Barroso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Bem, um esclarecimento muito objetivo sobre este ponto, por se tratar de um financiamento especial do Banco Europeu de Investimento e, sendo um programa específico de uma linha de financiamento do Estado, foi nosso entendimento e também da CCDR que não havia necessidade de colocar este empréstimo no mercado. Mais tarde, em sede de visto do Tribunal de Contas, foram levantadas algumas dúvidas, pelo que a Câmara Municipal, para dissipar estas dúvidas, colocou no mercado e fez uma ronda sobre as agências bancárias. O resultado foi o que esperávamos: não havia nenhuma agência bancária que acompanhasse as taxas do BEI e sendo assim, o processo fica sem nenhuma dúvida, tendo-se só perdido algum tempo.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Diogo Sousa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Relativamente a esta questão dos empréstimos ou da formalização dos respetivos contratos, importa dizer que, relativamente a todos os empréstimos que são para financiar projetos importantes para o Concelho e que respeitem os limites legais de endividamento municipal, o Grupo Parlamentar do PSD votará sempre a favor. Acresce, neste caso, que é um empréstimo enquadrado numa medida muito vantajosa, financiada pelo Banco Central Europeu. Sendo esta proposta uma clarificação às dúvidas do Tribunal de Contas e estando as mesmas esclarecidas, nada temos a opor e votaremos, naturalmente, a favor. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Clárisse Matos.

Interveio a deputada do GP do PS, Clárisse Matos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“O assunto em apreço, um empréstimo com a finalidade de participar a percentagem de investimento que é da responsabilidade da Autarquia é, neste caso, uma medida aceitável. Tendo em consideração o valor do financiamento em causa, o juro proposto pelo BEI e a particularidade de não contribuir para os limites da dívida – embora, obviamente, se trate de dívida – pelas razões que enumerei, mas também pela importância de que se reveste este processo e este investimento em particular, a bancada do PS votará favoravelmente este ponto.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, vamos votar favoravelmente este ponto, tal como havíamos feito aquando da sua primeira versão.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo – BEI PT 2020 (Banco Europeu de Investimento) para apoio ao investimento municipal inerente aos projetos denominados Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio e Reabilitação do largo da feira e envolvente, ao abrigo da faculdade prevista no Despacho n.º 6200/2018, de 26 de junho, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, iniciou o ponto 4 da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de arruamentos nas freguesias, no valor de até um milhão e cem mil euros, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, João Barroso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Um breve enquadramento. Este empréstimo para as obras nas Freguesias já foi autorizado na Assembleia anterior. Foi realizada uma consulta ao mercado e teve de ser repetida, porque houve um empate técnico. Feita nova consulta, apresentou melhor proposta a Caixa Geral de Depósitos, pelo que estamos em condições de avançar para executar as obras. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Diogo Sousa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Esta proposta demonstra que o executivo promove a coesão territorial, investindo em todo o Concelho. Nesse sentido e em coerência com aquilo que dissemos no ponto anterior, que aprovávamos todos os empréstimos que fossem relativos a projetos importantes, aprovamos também esta proposta.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, já aqui dissemos o quanto a realidade do Município nos preocupa, uma vez que tem necessidade de recorrer ao crédito, sempre que faz obra nova de requalificação ou de manutenção. Este empréstimo é para investimento corrente para obras de requalificação do valor pedido um milhão e cem mil, apenas 134 mil euros correspondem a obra nova. Estaremos a fazer novas intervenções de requalificação nestas vias ainda antes da satisfação da amortização do pagamento deste empréstimo. Sr. Presidente, qual foi o volume de financiamento investido em empreitadas na Vila e nas Freguesias, através de receitas próprias sem recurso a crédito neste mandato? Muito obrigada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Relativamente a este ponto já tivemos oportunidade de avançar uma discussão em Assembleias anteriores. Mantemos a nossa posição. Obviamente, reconhecemos a necessidade de algumas obras nas Freguesias. Cabe-nos, mais uma vez, hoje, à imagem do que fizemos no passado, demonstrar também a nossa preocupação pelo facto de recorrentemente termos que recorrer ao endividamento para levar a cabo algumas obras, e é estranho percebermos que a Autarquia não tem liquidez suficiente para fazer nenhum tipo de obras, mesmo de pequeno porte, digamos assim.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, João Barroso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Respondendo à Sr.ª deputada Carla Canotilho, a Câmara Municipal, neste momento, está a concluir os pagamentos de 2 milhões e meio de euros dos contratos interadministrativos de 2017, ainda está a fazer com fundos, com dinheiro próprio, com fundos da Autarquia; 600 mil euros de erros e omissões nas candidaturas de água e saneamento que estamos agora a fechar, mas também perto de 500 mil euros, também de erros e omissões, na Escola Professor Gonçalo Sampaio. Obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 37 votos a favor e 3 votos de abstenção, a proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de arruamentos nas freguesias, no valor de até um milhão e cem mil euros, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, iniciou o ponto 5 da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da aquisição de duas casas antigas dos magistrados, no valor de até duzentos e cinquenta mil euros, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador João Barroso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Um breve enquadramento relativamente a este ponto: como na situação anterior, quando se solicitou a consulta ao mercado, houve também um empate técnico, sendo esta vez, novamente, a Caixa Geral de Depósitos a ganhar o concurso e, neste momento, vamos adquirir as casas dos antigos magistrados. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Diogo Sousa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Consideramos, mais uma vez, este, um projeto importante pela proximidade que os imóveis em causa têm à Câmara Municipal e pela previsível necessidade da Câmara acomodar novos serviços, resultante do processo de delegação de competências em curso. Portanto, votaremos naturalmente a favor. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“A proposta em causa diz respeito a mais uma contratualização de empréstimo. No momento não há sessão de Assembleia Municipal em que não se discuta a contratualização de empréstimos ou, se quisermos, o recurso ao endividamento da*

*Câmara Municipal. Já aqui dissemos noutras alturas e vemo-nos na obrigação de repetir hoje: é estranho e preocupante que a Câmara Municipal, com um orçamento anunciado de 21 milhões de euros, não tenha liquidez para absolutamente nada. Projetos, apenas e só os que forem sujeitos a processos concursais e verbas do Estado, tudo o resto é apenas uma miragem. E porquê?*

*Porque não existe liquidez por parte do Município, como aqui mais uma vez fica demonstrado. Duzentos e cinquenta mil euros representam, aproximadamente, 1% do orçamento da Câmara Municipal. A Câmara Municipal não tem meios próprios para uma pseudonecessidade no valor de 1% do seu orçamento. Mas, relativamente a este processo, interessa ainda que sejam esclarecidas as seguintes questões:*

*Desde logo saber como foi conduzido todo este processo e se haveria ou não outros interessados nas referidas casas? Qual o destino que irão dar às casas em questão e se fizeram algum trabalho prévio, por forma a conhecer o real estado das infraestruturas, para poderem projetar o que ainda será gasto na sua reabilitação? Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Mais um empréstimo, desta vez, para adquirir duas habitações perfeitamente inseridas num aglomerado residencial. O que pretende fazer o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos referidos imóveis? Já tem alguma ideia em mente para as duas habitações? É verdade que o Município foi onerado em quase mais de 90 mil euros do que o valor base? Não havia maneira de evitar este acréscimo? Tentaram de alguma forma negociar com o Instituto de Gestão Financeira e equipamentos da justiça? Não acha que seria útil esclarecer esta Assembleia prévia e convenientemente antes de apresentar esta proposta? É que, no nosso entendimento, achamos que não devia onerar os povoenses com indefinições. Por essas razões, o GP do MAI vai-se abster, por entender que mais uma vez não foi prestado o devido esclarecimento aos povoenses. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Em relação à dívida, eu posso informar que, realmente, hoje mandei tirar um print, que é de dia 30/04, e posso-vos dizer que a dívida hoje da Câmara Municipal, que já incorporou os 406 mil da EPAVE, é de 5 milhões 854 426 91. Se realmente vírmos a disponibilidade de tesouraria, em fevereiro, eram 744 839 72. Neste momento é de 1 milhão 003 954 04. Quer isso dizer que temos mais, em caixa, do que no mês de fevereiro*

*250 mil euros. Mesmo, vou referir novamente, mesmo com os 406 mil euros, a dívida diminui em relação a fevereiro, 123 mil euros. Isto é obra e quer dizer que temos dinheiro, temos tudo pago até este momento e temos na conta 1 milhão de euros.*

*Em relação às casas dos magistrados, nós tínhamos preferência sobre aquelas casas e por isso mesmo tínhamos necessidade de as comprar, porque está em vias de delegação de competências por parte do Estado. Nós já estávamos a precaver estas situações e, por isso mesmo, é que as fomos adquirir. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Uma vez que falou aí na dívida atual no dia de hoje, estão incorporados também estes empréstimos que aqui falamos? É que se não estiver, de 5 passa já para 7.*

*O Senhor Vereador André disse-me que não, o senhor está-me a dizer que sim. Não sei. Deve haver aí alguma dúvida. Portanto, de 5 passa já para 7.*

*Para além de achar que é um assunto, uma forma pouco séria, fazer essa comparação, e eu vou-lhe explicar porquê. Porque o senhor tem que ser, antes de mais, coerente, quando recorre à história. E depois dizer-lhe que, há 14 anos atrás, os tempos eram outros, as regras eram outras. E neste momento, os senhores agem segundo determinadas regras que os obrigam a determinar as coisas – e daqui a pouco vamos falar, não me queria alongar muito sobre isso, mas vamos falar sobre a execução orçamental, também – porque é que agora é 93%, porque aí os senhores já não recorrem à história para fazer o histórico da execução orçamental. Só recorrem à história quando lhes dá jeito. Mas relativamente à questão que aqui estávamos a falar, o senhor refere sempre a delegação de competências para a finalidade das casas, mas quando se fala em delegação de competências diz que ainda não sabe que competências lhe serão entregues, como serão entregues.*

*E pedia-lhe também que me descrevesse então qual foi, como é que foi, como é que correu este processo, e se haveria ou não outros interessados nestas casas. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Isto é uma hasta pública. Havia várias pessoas interessadas e nós tínhamos preferência. E por isso mesmo adquirimos as casas.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

*“A questão aqui, Sr. Presidente, é tentar perceber se o preço que foi dado pelas casas é um preço bom ou não. Porque que tem o direito de preferência já toda a gente percebeu, não é? Mas a questão é perceber se isso foi um bom negócio ou um mau negócio. Porque nós ficamos à espera do empréstimo, agora, para a recuperação das casas.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Só para refazer a minha pergunta relacionada com isto da recuperação das casas. Se efetivamente há algum estudo, há alguma informação sobre quanto ainda vamos gastar? Porque comprar umas casas por 250 mil euros ao escuro, sem saber se vai gastar mais 250 mil ou mais 1 milhão para as recuperar faz a diferença entre ser um bom investimento ou um mau investimento e faz a diferença também entre aquilo que é gerir com pés e cabeça ou gerir um bocado à toa. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Claro que nós não íamos comprar as casas se não tivéssemos um estudo sobre o valor das mesmas. Nós temos técnicos, e neste caso temos um técnico externo e os nossos técnicos que nos deram o valor para que a gente chegasse lá e tivesse a percepção de que estamos a fazer um bom negócio ou um mau negócio. O que nos dizem é que fizemos um bom negócio. Obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 22 votos a favor e 18 votos de abstenção, a proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da aquisição de duas casas antigas dos magistrados, no valor de até duzentos e cinquenta mil euros, e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, conforme determina a alínea f) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque deu início ao ponto 6 da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para a 1ª revisão orçamental do**

**ano de 2019, conforme determina a alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso palavra, referiu:

*“A primeira revisão orçamental do ano 2019 prende-se com dois fatores: o primeiro com a incorporação de pessoal do ano anterior no valor de 290 mil 918 euros e 25 cêntimos, os quais irão reforçar as despesas correntes, não colocando em causa o princípio do equilíbrio corrente; segundo, face ao aviso 122018/18 V 140 404 219 do POSEUR, sobre investimento nos sistemas de distribuição e adoção de água e a pretensão do Município em apresentar candidatura ao referido programa, o qual se inscreve no PPI, com o número 22/2019 como redução de perdas e distribuição e adoção de água no Município da Póvoa de Lanhoso, propomos, então, a análise e aprovação desta revisão orçamental do ano 2019. Muito obrigada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado do GP do PSD, José Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“No fundo, a Senhora Vice-Presidente já fez aqui a explicação do ponto que nos traz a votação, naturalmente que iremos votar favoravelmente. Deixo só o registo, como disse e bem a senhora Vereadora, o aviso de candidatura foi em dezembro, tínhamos o orçamento aprovado em novembro, por isso é que agora integra nesta revisão, e naturalmente, noutra situação, deve-se ao saldo de gerência de 2018 que integra agora o orçamento de 2019. Por isso, nós iremos votar favoravelmente.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP do PS, António Ramalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Perante esta revisão orçamental, esta primeira revisão orçamental do ano, tem aqui a transposição do saldo de 2018 para 2019, no montante de 290 mil 918 euros e 25. Quanto ao destino das respetivas verbas, também está aqui um mapa que é perfeitamente elucidativo quanto a isso. Todavia, já no que se refere, digamos, ao considerando segundo do aviso do POSEUR 2018, a redação que está aqui é uma espécie de silogismo, mas que de qualquer maneira tem o enunciado mas não tira conclusão. É certo que está aqui um mapa adicional; todavia, este mapa não está legível e portanto*

*eu não sei concretamente o que está aqui encenado. Portanto acho que se recomenda e se exige que a Câmara tenha algum cuidado na legibilidade de alguns documentos que remete à Assembleia e aos respetivos deputados. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP do PS, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Tratando-se de um processo habitual, na primeira revisão orçamental, onde será ser prestada a revisão do saldo de gerência, o PS considera-se inteirado e irá abster-se nesta votação. Muito obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 22 votos a favor e 18 votos de abstenção, a proposta da câmara municipal para a 1ª revisão orçamental do ano de 2019, conforme determina a alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho, para apresentação de declaração de voto.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho e, no uso da palavra, referiu:

*“O Grupo Parlamentar do MAI abstém-se nesta votação, desde logo por uma razão simples mas que nos parece importante: é que efetivamente há aqui um dado que não é legível e portanto esta abstenção, para além do mais, deve traduzir também uma censura à Câmara Municipal pela falta de legibilidade, pelos documentos que remete aos deputados. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque deu início ao ponto 7 da ordem de trabalhos: **Informação da câmara municipal sobre os apoios concedidos no âmbito do regulamento Câmara Amiga das Freguesias, conforme determina a alínea j) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador João Barroso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Este ponto diz apenas respeito à informação que a Câmara Municipal tem anualmente que prestar aqui na Assembleia Municipal e, conforme informamos em 2018, este programa esteve praticamente suspenso, pelo que as informações são reduzidas. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado do GP do PSD, José Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“No fundo, isto é uma obrigação do regulamento da “Câmara Amiga”. Disse o Vereador e bem, relativamente a 2018, os apoios foram nas participações no passeio a Fátima e nos cortejos etnográficos. De realçar aqui estas duas iniciativas, são dois momentos importantes e já históricos até, aqui para o Concelho da Póvoa de Lanhoso e deixo aqui uma palavra de apreço e gratidão para os colegas Presidentes de Junta, por estarem sempre presentes e dignificarem estes dois momentos, que já são um marco na Póvoa de Lanhoso. E estamos inteirados naturalmente.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Paulo Ferreira.

Interveio o deputado do GP do PS, Paulo Ferreira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Também só para dizer que estamos inteirados da informação prestada. Apenas duas notas e duas achegas, penso que serei seguido por todos os meus colegas Presidentes de Junta, independentemente da bancada onde se situem. A primeira é que gostaríamos, naturalmente, de ver estes apoios alargados e estendidos; e a segunda, particularmente, na questão do Cortejo Etnográfico: como é de todos sabido e por todos reconhecido, é já o momento marcante nas festas do Concelho e, portanto, achamos que a distribuição de custos deve ser mais equitativa e, portanto, não vemos isto naturalmente como um negócio, mas encaramos isto como uma missão, naturalmente por uma questão também de continuar com a dignificação desse momento e que esse momento continua a ser marcante. Deixo a nota para que, no futuro, este apoio seja claramente revisto. Muito obrigado. Boa noite a todos.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira e, no uso da palavra, referiu:

*“Só para dizer que o GP do MAI está inteirado relativamente a esta informação prestada pela Câmara Municipal. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Desta vez gostaria de agradecer às Juntas de Freguesia por tudo o que fizeram, inclusive no Cortejo Etnográfico, associações, IPSS’s e todas as pessoas que colaboraram, inclusive os funcionários da Câmara Municipal. A eles muito obrigado por tudo o que fizeram, mas também posso-vos dizer e como vocês sabem, as verbas para transferir para as Juntas de Freguesia aumentaram 10% este ano e até ao fim do mandato vão aumentar 50%. Isto não quer dizer que a gente não pense naquilo que o senhor Presidente da Junta de Garfe referiu. Mas que as Juntas, até ao fim do mandato, vão ter uma mais-valia em todos os itens, portanto são perto de meio milhão de euros que vão ser distribuídos por todas as Juntas de Freguesia. Obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da câmara municipal sobre os apoios concedidos no âmbito do regulamento Câmara Amiga das Freguesias, conforme determina a alínea j) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, deu início ao ponto 8 da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2018, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto), conforme determina a alínea l) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

O líder do GP do PSD, Luís Amaro da Costa informou que, o deputado do GP do PSD, José Manuel Silva iria ausentar-se da sala por fazer parte dos órgãos da EPAVE.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“A prestação de contas é um documento fundamentalmente técnico, onde se espelha a realidade das finanças da autarquia. Mas é também um documento político, onde podemos verificar se estão a ser concretizados os projetos que o executivo defendeu e orçamentou no plano de atividades para esse ano. Todos tivemos oportunidade de analisar este documento nessas duas dimensões. Quero, de uma forma breve, destacar os dados objetivos que nos parecem marcar a análise das contas da autarquia referentes ao ano de 2018.*

*Conforme dissemos, quando aqui apresentámos o plano de atividades, este ano ia ser marcado pelo pagamento dos contratos de delegação de competências realizados com*

*as Juntas de Freguesia em 2017 e pela execução das empreitadas das várias candidaturas aos fundos comunitários aprovadas. Dissemos, também, que sendo o primeiro ano de mandato queríamos reorganizar alguns serviços e planear com as Juntas de Freguesia os investimentos para 2019. Definimos, ainda, como objetivo estudar e dar os primeiros passos no sentido de planificar os projetos de maior dimensão que não estavam na lista das candidaturas aprovadas. Todo esse trabalho teria de ser realizado mantendo e, se possível, reforçando a atividade dos vários pelouros.*

*Senhoras e senhores deputados, os documentos que foram enviados revelam que esses objetivos foram maioritariamente cumpridos. No ano 2018, executamos o maior orçamento que temos na memória, orçamento que foi realizado em mais de 93%, bem acima do que a lei recomenda e bem acima da média da execução da maioria das autarquias. Esta taxa de execução revela uma excelente capacidade em cumprir o orçamento e prova aquilo que disse anteriormente. Queria destacar alguns indicadores financeiros que nos dão a conta de que as contas da Câmara Municipal estão de boa saúde, não merecendo qualquer preocupação para os povoenses. Uma execução superior a 93%, uma dívida global que reduziu mais de 8%, um aumento da receita, um excelente e significativo resultado da poupança corrente. Um saldo transitado positivo, uma capacidade de endividamento muito longe dos limites e o cumprimento rigoroso dos princípios contabilísticos atestados pelo ROC. Se a estes indicadores juntarmos a revisão, em baixa, dos custos com o pessoal estimados e fortíssimas despesas de investimento, podemos facilmente concluir que o ano económico 2018 foi positivo, espelhando uma gestão rigorosa e responsável.*

*Se os senhores deputados analisarem estas contas à luz das regras da contabilidade pública, como deve ser feita, não há rácios de análise financeira que devam ou que devam merecer especial preocupação. Esta é a nossa convicção e é também a convicção dos nossos técnicos da Divisão Financeira e do ROC que certificou estas contas. Uma nota final para os projetos que realizámos em 2018 e que marcaram estes documentos do ponto de vista político: o alargamento da rede de água e saneamento em várias freguesias do Concelho; a requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues e as principais ruas da Vila; a ampliação do Parque do Pontido; e a requalificação da Escola EB 2/3 Gonçalo Sampaio representam milhões, muitos milhões de investimentos, realizados num primeiro ano de mandato. Todo este trabalho foi realizado com responsabilidade social, pois não poupamos na resposta que temos, sem diminuir na educação, reforçando a dinâmica de cultura e desportiva; portanto estão lançadas as bases para termos um Concelho mais sustentado do ponto de vista ambiental. Senhoras e senhores deputados, confesso que foi um ano muito exigente do ponto de vista pessoal. Suceder a uma liderança como a de Manuel Baptista nunca é fácil, somando tudo aquilo que, infelizmente, lhe veio a acontecer. Mas, dessas dificuldades, ganhámos todos mais força para cumprir o que conseguimos com os povoenses, honrando e*

*homenageando esse passado. Estamos aqui para servir a nossa terra, ajudando a melhorar a qualidade de vida dos povoenses, assim continuaremos. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Diogo Sousa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Do relatório, que analisámos com detalhe, podemos tirar uma conclusão muito objetiva. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso está a ser gerida de forma rigorosa pelo executivo. Esta é, para nós, órgão político e fiscalizador, o dado mais importante e que a todas as bancadas deve tranquilizar. A execução do orçamento está acima da média, verificamos uma redução da dívida e assistimos a um forte investimento no terreno.*

*Senhor Presidente da Câmara, nós não precisávamos deste relatórios para sentirmos o trabalho que foi realizado em 2018. A Vila está em completa transformação e, ao passarmos nas diversas freguesias, assistimos à colocação de rede de água e saneamento, um projeto fundamental. Vemos também os frutos da estratégia de apoio às empresas, com mais emprego e menos problemas sociais. Certamente ainda há muito para se fazer, mas se formos politicamente honestos, temos que reconhecer que este primeiro ano de mandato fica marcado pela positiva. Aplaudimos, portanto, este rumo. Da parte da bancada parlamentar do PSD, temos a profunda convicção de que os povoenses confiaram o seu voto no projeto certo, pois os resultados espelhados neste documento provam isso mesmo. Fica aqui o nosso louvor às contas deste executivo. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado do GP do PS, Paulo Bastos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Estamos aqui hoje para analisar as peças relativas às contas do exercício transato. Trata-se de um exercício já da inteira responsabilidade da atual presidência e a verdade é que não se vislumbram melhorias, bem pelo contrário. Acreditem, e digo sinceramente, que não vibro com este constatar de situações que considero graves e gostaria que, desta vez, com ou sem capacidades técnicas, nem que seja por uma questão de brio, nos fossem dados os esclarecimentos solicitados e pudéssemos debater as presentes demonstrações de uma forma construtiva. O exercício anterior, o de 2017, foi encerrado com uma reserva dura relativa à falta de inventariação dos bens do domínio público ou do imobilizado. O que fizeram V. Exas.? Ora, das 735 páginas enviadas, temos aqui duas*

*particularmente interessantes, relativa às rúbricas “outras construções e estruturas” e em que podemos constatar o seguinte:*

*Efetivamente foram inventariados, em 31 de dezembro de 2017, uma enormidade de bens mas, em janeiro, zero, fevereiro, zero, março, zero, abril, zero, maio, zero. Foram inventariar o primeiro no dia 4 de junho de 2018. Depois, inventariaram mais alguns em julho, em agosto. Pouco. E depois, mais uma vez, perdoem-me a expressão, mas, “outra catrefada em dezembro”. Ou seja, permitam-me a observação, mas isto não é apenas uma falta de profissionalismo, isto é praticamente gozar com as recomendações que foram dadas por uma entidade externa, e que podia ser vossa parceira e, portanto, o que é que aconteceu? Cinco meses e meio, mais de cinco meses, sem qualquer tipo de registo ao nível do imobilizado. Fantástico. Analisando, agora, as peças principais das demonstrações financeiras, temos no balanço realço para o aumento abrupto das dívidas a terceiros a curto prazo, no ativo e no passivo, um aumento significativo dos acréscimos e diferimentos. Temos ainda a preocupante diminuição dos fundos próprios de 68% para 65%, e o aumento do peso relativo do passivo de 32% para 34%. Na demonstração de resultados, constata-se o aumento das provisões, que até saúdo, porque pode demonstrar uma certa preocupação da vossa parte. Em contrapartida, temos o aumento, ao contrário do que foi dito, dos custos de pessoal em 228 mil euros, 5,56% relativamente ao exercício anterior. No lado dos proveitos, realço os 452 mil euros relativos aos impostos e taxas, cobrados a mais relativamente ao exercício anterior, o aumento de 90 mil em transferências e subsídios obtidos. Naquilo que é verdadeiramente importante analisar, verificamos os resultados operacionais, ou seja, retirando o que não é consistente nem duradouro, são negativos em 1 milhão e 221 mil euros. Relembre-se que, em 2017, estes relatórios operacionais já eram negativos no montante de 819. Agora V. Exas. conseguiram já ultrapassar esta difícil façanha em 402 mil euros e num ano tradicionalmente fácil, a questão que fica é: como serão os seguintes? O resultado líquido é estranhamente igual ao exercício transato e digo estranhamente porque estamos a falar do exercício que teve diversas nuances; no entanto, o resultado final é o mesmo. O presente relatório apresenta ainda termos imprecisos e confusos e até alguns que deixaram, ao abrigo da normalização contabilística, de ser usados. São apresentados, a determinada altura, alguns rácios de demonstração financeira completamente descabidos, tal como a estrutura de endividamento, e de solvabilidade, pois todos sabemos que, no denominador desses dois rácios, deve estar o passivo e não apenas uma parte dele. Nem sequer a solvabilidade, em sentido restrito, contemplaram; aliás à boleia destes indicadores verificamos sim, numa simples análise financeira, o seguinte: a regra do equilíbrio financeiro, ou também denominada a regra de ouro, não acontece. Essa regra define que os capitais utilizados pela Câmara, neste caso, no financiamento dos seus ativos, deve ter uma maturidade igual ou superior à sua vida económica. O que verificamos, são necessidades de financiamento, pois as necessidades cíclicas são superiores aos recursos cíclicos.*

*Não querendo tornar-me fastidioso com este tema, mas para que percebam a importância do mesmo, se calcularmos sobre as contas do Município os graus de alavanca operacional, verificamos um elevado risco económico e financeiro e por conseguinte, global, das mesmas. Ainda não é dramático, mas falta pouco. Quanto ao resto, mais do mesmo. As reconciliações bancárias, sem o detalhe para percebermos o porquê de as contas da ideia da Caixa Geral de Depósitos estarem com um saldo bancário de 158 mil euros e um saldo contabilístico de 20 mil, e outra das contas desse mesmo banco, um saldo bancário de 374 contra um saldo contabilístico de 3 mil. Interessava perceber o porquê, e a antiguidade desses valores. No exercício transato, solicitamos os prédios associados aos empréstimos que V. Exas. fizeram questão de apresentar. Este ano, resolveram a questão: nem sequer apresentaram um mapa. Alertar que os 5% sobre o resultado líquido do exercício da reserva legal tem um limite máximo Relativamente aquela questão dos 90 dias de atraso, publicaram de forma confusa a lei do orçamento, a lei 114/2017, que estipulava que os municípios devam reduzir até 10 % os pagamentos com mais de 90 dias. V. Exas. insistem que, em setembro de 2017, não tinham pagamento em atraso com mais de 90 dias. Ora, ficou comprovado que esta afirmação não é verdadeira: falta adaptar esta lei ao exercício atual ou acham que em 2025 ainda vos vão estar a pedir por favor para pagar o que tem setembro de 2017? A verdade é que, uma vez mais, recorrendo à documentação enviada, podemos constatar o seguinte: são apenas cinco exemplos, mas são dezenas. São neste caso, credores. "Memórias ao cubo": saldo em 01 de janeiro de 2018, 4 mil 128, saldo em 31 de dezembro de 2018, 4 mil 128; construções António Henriques Fernandes unipessoal: saldo em 01 de janeiro, 5 mil 696, saldo em 31 de dezembro, 5 mil 696, sempre igual. E a (impercetível) 1 de janeiro, 15.932, a 31 de dezembro 15.932; Alves Pereira, 27 mil, no início do ano, 27 mil no fim do ano; Electro Antunes... e poderíamos estar aqui a elencar mais uma porção deles, o que comprova que tem pagamentos com mais de 90 dias, se calhar com 590. Boa noite e obrigada."*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho e, no uso da palavra, referiu:

*"Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, naturalmente, tendo em conta a escassez de tempo de que disponho, não me vou debruçar sobre detalhes técnicos. Vou apenas elencar três ou quatro coisas que resultam do relatório apresentado pela Câmara Municipal. A primeira a que eu quero fazer referência tem a ver com a proteção civil, e tem lá no relatório que a proteção civil, nomeadamente as medidas que foram levadas a efeito para a sensibilização de limpeza das florestas e não tem mais, são uns discursozinhos, umas palestras, uma coisa assim muito soft, muito fofinha, digo eu, ou presumo eu. Portanto, não faz qualquer referência a ações de limpeza que a Câmara*

*tenha levado a efeito, não faz qualquer referência a notificações que tenha feito a proprietários para limpar, ou seja, nada disso é referido. Relativamente a uma questão que já aqui foi levantada, efetivamente tem a ver com o cadastro ou a inventariação dos respetivos imóveis, quer no âmbito da administração, quer no âmbito privado, quer no âmbito público, em que efetivamente isto tem que estar parado; portanto, neste momento não se conhece verdadeiramente o património do município; e, portanto, também não se sabe, digamos, quais seriam os montantes de amortização que seriam induzidos em função disso; mas o que verdadeiramente aqui me chama a atenção, e era sobre essa temática que eu me queria debruçar, é o brutal aumento de impostos diretos. Efetivamente – apesar da isenção concedida à Prozis, no passado, num montante à volta de 500 mil euros, cujo método aqui não discuto – mesmo assim, os impostos diretos cresceram para além do orçamento, à volta de 9% relativamente a 2017, 12%. Isto é efetivamente um brutal aumento de impostos. Portanto, o mérito não está na Câmara em tê-los cobrado; o mérito está nos povoenses, naturalmente em quem os suportou. Agora, isto chama-nos a atenção porque tem a ver com outra situação: é que tem sido aqui debatido em Assembleia, na provação de um orçamento de um ano para o ano seguinte, a necessidade de aliviar os impostos, de aliviar a carga fiscal dos povoenses. A Câmara Municipal tem-se negado a dar o seu contributo neste sentido, sempre evocando que é uma verba essencial, e que é facto. A Câmara tem verbas, verbas essenciais e verbas de montante muito significativo que vem indiretamente de impostos gerais do Estado, seja através do fundo de coesão, seja através de fundo municipal, seja através do fundo social, municipal. De todo o modo, a prova cabal e evidente que havia margem ou que há margem, nomeadamente em futuros orçamentos, para baixar os impostos, para baixar a tributação direta, a prova cabal está aqui; efetivamente, o aumento de impostos foi brutal, os povoenses foram castigados demasiado com estes impostos, havia margem para os aliviar um pouco e a Câmara, efetivamente, não seguiu esse caminho e foi pena. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Como o Sr. Presidente da Câmara dizia, este é um documento que tem uma vertente mais técnica e depois uma vertente mais política. A vertente mais técnica já foi aqui analisada superiormente, diria eu, pelo meu colega Paulo Bastos, e faço um apelo para que sejam esclarecidas todas as questões que aqui foram levantadas por ele e passemos agora à parte política do documento. Sendo assim, o ano 2018, que foi o primeiro ano de mandato de executivo, fica marcado por ter sido um ano de execução de grande parte das candidaturas já aprovadas no mandato anterior: alargamento da rede de água e*

saneamento; início da requalificação EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio e da regeneração urbana, com a requalificação do Pontido e da Praça Eng.º Armando Rodrigues. Esperava-se mais, na medida em que estávamos a falar na sua totalidade da concretização de candidaturas que vinham do passado, e portanto, deste executivo, nada, ou zero, como comumente se costuma dizer. Para além do mais, também se esperava melhor, pois ninguém, nesta sala, deve estar esquecido do caos que foi circular na Vila no Verão do ano anterior. Ninguém nesta sala deve estar esquecido das más opções ambientais assumidas para levar a cabo algumas das obras. Cumprir e executar as candidaturas aprovadas, claro, que qualquer executivo o faria. Agora, não é menos verdade, que seria possível fazê-lo de forma diferente e, na nossa perspetiva, fazê-lo de uma forma diferente, para melhor. Com melhor planeamento de obra, com diferentes opções, indo ao encontro de algumas das propostas que o Partido Socialista já apresentou, mas, por claro preconceito, nunca foram tidas em conta. Ao lermos o relatório de atividades, percebemos que pouco ou nada foi feito que se possa assumir como uma marca do atual executivo. Esperava-se mais, sobretudo, porque no plano que nos apresentaram para o ano 2018, prometiam mais, esse continha uma parte que se referia, e bem, à execução desses projetos, mas avançava com outras medidas e sobre essas nada consta no relatório. E, neste sentido, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre algumas das vossas propostas. Em que ponto estão os projetos de arquitetura do novo Pavilhão Gimnodesportivo e do equipamento cultural e recreativo da Vila? Em que ponto estão os regulamentos para atribuir bolsas anuais para apoiar jovens empresários povoenses e para atribuir bolsas a atletas que participem em competições europeias, mundiais e jogos paralímpicos. Relativamente à EPAVE, percebemos que esta já pagou à Câmara 80 mil euros de rendas relativas a 2018. Fica a dúvida, sobre como e quando vai a Câmara pagar à EPAVE a participação pública nacional. E, finalmente, gostaríamos de saber como está a ser ativado o Conselho Municipal da Juventude? Aguardo pelas respostas. Obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: “Sr. deputado Paulo Bastos: questões técnicas, outra vez. Nós somos políticos, não somos técnicos. Sr. Paulo Bastos, eu já o convidei e pus-me à disponibilidade para ir consigo aos serviços da Câmara Municipal, para lhe tirar essas dúvidas todas. O Sr. nunca me contactou para lá ir. Eu gostaria de o ver; eu acompanho-o à divisão correspondente para as partes técnicas, para de uma vez por todas, ficar sem dúvida nenhuma. Porque nós somos políticos, não somos técnicos. E eu desafio-o, aqui, a marcar um dia, uma hora, e eu acompanho-o. Tinha todo o gosto em tirar estas dúvidas todas que o Senhor persiste em ter.

*Eu penso que a Câmara não tem nada a ver com o que o Senhor faz neste momento. É totalmente diferente a nossa contabilidade da contabilidade que vocês fazem nas empresas. Por isso, eu continuo a dizer que, realmente, estou à sua disposição, para quando quiser marcar e acabar, de uma vez por todas, com essas suas dúvidas que prevalecem no tempo. Obrigado.*

*Sr. Filipe Silva, este executivo é uma continuação do anterior. Ou não é? Se vocês estivessem no poder, o que é que vocês iam fazer? Iam fazer estas obras todas. É verdade ou não é? E tem dúvidas que, além dessas obras, foram executadas outras obras? Foram executadas outras obras. Pergunte ao Sr. Presidente da Junta. Pergunte ao Presidente de Águas Santas se não foram feitas lá obras? Estamos a falar do Partido Socialista. E a outras pessoas foram feitas outras obras. Repare bem, ainda há bocado acabamos de dizer que só da rede de água e saneamento, em erros e omissões, investimos 600 mil euros. Se não é obra em 10 Freguesias do Concelho, não é obra isso? Investimos na Escola C+S da Póvoa de Lanhoso meio milhão de euros, além do que estava previsto. Não é obra isso? Eu acho que é obra suficiente para lhe dizer que, além das candidaturas, fizemos muito mais. E posso-lhe dizer outra coisa: os pedonais que foram candidatados foram executados; o restante foi pago pela Câmara Municipal. Tudo o que estava no subsolo foi substituído: tudo, água, saneamento, águas pluviais, foi tudo substituído por novo. Sabe quanto é que contabiliza isto? Foi feito pelos nossos homens, mas o material que nós tínhamos até março do ano anterior foi todo gasto até março do ano anterior. Isso quer dizer que nós fizemos muito pela Póvoa de Lanhoso que não estava previsto nas candidaturas. E fizemos muito bem, porque estamos a evitar que as águas pluviais se juntem com o saneamento e que provoquem um aumento de pagamento em saneamento, porque realmente paga-se mais no Inverno em saneamento do que no Verão, o que devia ser o contrário, porque estão cá mais emigrantes e nós conseguimos pagar três vezes mais em saneamento no Inverno do que no Verão. Porquê? São obras que realmente não estão em condições, estamos a reparar tudo onde mexemos; estamos agora na Rua dos Bombeiros Voluntários. Estamos a pôr os ramais completamente novos, tudo novo, com os nossos homens, é não é candidatado. Portanto, não é só as obras que estavam candidatadas que estão a ser feitas. Estão a ser feitas muito mais obras para além disso. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Eu não sei se o facto de não responder às questões é mesmo uma questão técnica, ou se neste caso foi falta do backoffice do teleponto do Dr. Bruno Fernandes, mas a verdade é que também não respondeu às questões políticas. Eu fiz-lhe três questões simples e não*

*obtive nenhuma resposta. Mas eu queria esclarecê-lo, Senhor Presidente. Antes de mais, não é ao Dr. Paulo Bastos que o Senhor tem que esclarecer. É aos povoenses que o Senhor tem que esclarecer. E quando nós colocamos aqui perguntas, colocamos em nome dos povoenses, e portanto, não é o Dr. Paulo Bastos que tem que ir à Câmara, consultar o que quer que seja; é o Senhor que tem que vir munido de informação suficiente para nos esclarecer nesta Assembleia. E depois, dizer-lhe que aquilo que ele aqui apresentou não são dúvidas, são certezas. São certezas de uma análise feita com competência e que provou claramente que efetivamente, afinal, o relatório não é um floreado tão bonito quanto parecia. Mas, em jeito de conclusão, o relatório de atividades relativo ao ano de 2018, apesar de começar com a afirmação de execução orçamental, uma média de 92%, não nos ilude nem deve satisfazer os munícipes. Este é apenas um indicador de que o orçamento previsto foi executado, mas não é um indicador de que o plano previsto para 2018 tenha sido cumprido. Se bem se lembram, já na altura, o Partido Socialista, na minha pessoa, lamentava o facto de muitas propostas do plano de atividades não terem as efetivas rubricas orçamentais, indiciando que não seriam cumpridas; pois foi isso mesmo que aconteceu. Façamos aqui um pequeno exercício, meus senhores, simples, para perceber do que falamos. Se no plano e orçamento que será apresentado para o próximo ano, nós planearmos dez obras, ou melhor, indo de encontro à linguagem da população, se fizermos dez promessas à população, dez promessas de obra, mas apenas apresentarmos a verba orçamental para uma obra, e executarmos apenas esta obra para a qual atribuímos uma verba no orçamento, quando voltarmos a discutir o relatório de gestão e prestação de contas, estaremos a falar de uma execução orçamental de 100%. Imagine-se. Prometemos dez, fazemos um, ou defraudamos as expectativas das pessoas em nove promessas, e depois, vangloriamonos porque temos uma execução orçamental de 100%. Isto tem um nome: chama-se iludir as pessoas.*

*Relativamente a este relatório de atividades, este espelha o que foi realizado, e está longe de ser satisfatório: nem uma palavra sobre a estratégia de delegação de competências do Governo, nem uma palavra sobre o prometido Campo de Futebol de sete em Monsul, ou sobre o plano de construção de ciclovias nas estradas municipais, expandido para as Freguesias; muito pouco sobre a proteção civil e sobre os resultados de atendimento descentralizado. 2018 foi o que foi. Resta-nos esperar que 2019 seja um ano em que, finalmente, se perceba que rumo tem este executivo para o Concelho. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. deputado Filipe Silva, aquilo que está no nosso plano, para 2018, está a ser feito na íntegra e posso-lhe dizer que os nossos técnicos, em relação aquilo de que falou, estão dentro de portas a ver as soluções para pôr em prática. É isso que diz em 2018. O que vamos fazer é fazer o estudo para ver onde vamos colocar as coisas que íamos fazer em 2019. Estamos a fazer isso, estamos no início do ano, estamos a fazer isso. Em 2018 foi tudo feito, Sr. Filipe, tudo feito. Está tudo feito, desculpe lá. Em 2019 é que íamos fazer o estudo do Pavilhão. Está a ser feito o estudo sobre o Pavilhão. Não está nada em falta, antes pelo contrário, já lhe disse há bocado: fizemos muito mais do que estava previsto no plano de atividades, muito mais, e já lhe frisei há bocado o que é que fizemos a mais. Portanto, não vejo qual é a sua dúvida. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, está enganado. O relatório de atividades e o orçamento são documentos políticos.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, disse-me que estava integralmente feito aquilo que estava prometido para o plano 2018, e eu perguntei-lhe da arquitetura do Pavilhão, já me respondeu. Em que ponto estão os regulamentos para atribuir as bolsas anuais para apoiar jovens empresários povoenses e para atribuir bolsas aos jovens que participam em competições europeias e jogos paralímpicos. Relativamente à EPAVE, a questão da comparticipação foi vista? Como está a ser ativado o Conselho Municipal da Juventude? O que foi feito relativamente ao espaço de incubação acessível, que também estava prometido no plano? Prometia uma solução definitiva para o controlo de animais de companhia, um canil, gatil, moderno. Onde está? Isto estava tudo no plano 2018. E você está-me a dizer que foi feito na íntegra. Onde estão estas situações, porque nós não as encontramos na Póvoa de Lanhoso? Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa e, no uso da palavra, referiu: *“Eu queria pedir um esclarecimento, já que estamos nesta fase, ao Dr. Paulo Bastos. Já que ele refere, na intervenção que fez, eu gostava que me esclarecesse. Disse que, se não me falha a memória, há aqui alguns rácios, apresentam termos que não deviam apresentar, ou que não são comparáveis. E também gostava que me esclarecesse se o ponto da ordem de trabalhos que analisou foi o ponto oito ou o ponto nove. O ponto que estávamos a analisar é o ponto oito e recorremos sempre aos dados do relatório do draft da sociedade de gestores oficiais de contas. E em relação à questão dos rácios, qual era a sua dúvida? Quando diz que há rácios em que não bate a cara com a careta – coisa do género – que apresentam valores que não estarão corretos. Gostava que me esclarecesse, porque, se for verdade, teremos assim, aliás, teremos que pedir responsabilidades à sociedade de revisores oficiais de contas, porque é um trabalho que é feito por eles.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado do GP do PS, Paulo Bastos e, no uso da palavra, referiu: *“Bem, relativamente aos rácios de solvabilidades, o que eu disse, para poderem tomar nota, foi que nos rácios de solvabilidades, estrutura de endividamento, o denominador está incorreto, porque a sociedade de revisores de contas colocou sobre os capitais alheios e deve ser sobre o passivo total. E não tenho dúvidas. Pronto. A questão sobre os rácios. Relativamente ao ponto oito e nove, efetivamente eles são muito similares, o nove é o relatório do ROC e do auditor externo, sobre o ponto oito que vocês apresentaram.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: *“Sr. deputado Filipe Silva, aquilo que referiu é para o mandato. E demos ordem aos nossos técnicos para, como frisei, estudarem as melhores soluções para estas situações que mencionou. Obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 21 votos a favor, 15 votos de abstenção e 3 votos contra, a proposta da câmara municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2018, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31**

**de agosto), conforme determina a alínea l) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, António Ramalho para leitura de declaração de voto.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho e, no uso da palavra, referiu:

*“Declaração de Voto*

*Atendendo que o relatório de contas, e os documentos apresentados relativos ao ano de 2018, constitui o reflexo da atividade desenvolvida e as opções de investimento, levadas a cabo no Município durante o ano, as quais não mereceram e não merecem a nossa concordância e não subscrevemos, a que crescem as reservas apresentadas pelo ROC, com referência aos últimos seis meses do ano, onde se destaca nomeadamente a falta de cadastro do imobiliário pertencente à autarquia, quer se trate de bens do domínio público, quer do domínio privado, apesar de constituir uma exigência que não é nova, mas que o executivo tem vindo a arrastar de ano para ano, sem fim à vista. Nessa medida, o voto do Grupo Parlamentar do MAI, é naturalmente contra.”*

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, deu início ao ponto 9 da ordem de trabalhos: **Apresentação do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, para os efeitos do disposto na alínea l) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Do relatório semestral do ROC, sobre a situação financeira referente ao último trimestre de 2018, bem como a educação orçamental, há a realçar:*

*1 – O Município revelou uma melhoria na capacidade de satisfação das suas obrigações a curto prazo, relativamente ao exercício anterior;*

*2 – Apesar de ainda não estar concluída a inventariação física de todos os bens pertencentes ao imobilizado, já se encontram concluídos os movimentos contabilísticos de arruamentos e redes viárias;*

*3 – As dívidas a terceiros tiveram uma diminuição de 606 mil euros, o que corresponde a 27% do passivo, quando, em 2017, correspondia a 33%;*

*4 – O reconhecimento nas contas da autarquia da comparticipação pública nacional dos cursos de formação profissional da EPAVE de 2016 e de 2017, apesar de se entender não ser nossa obrigação custear o ensino profissional que está a contar para as metas europeias e nacionais de termos 50% dos alunos do ensino secundário no ensino profissional;*

- 5 – As dívidas de terceiros tiveram um crescimento de 1 milhão 646 mil, ou seja, 239%, essencialmente de valores a receber de candidaturas a fundos comunitários;
- 6 – O aumento de custos com o pessoal tem a ver com o descongelamento progressivo das carreiras e a regularização dos chamados precários;
- 7 – Verifica-se um aumento com a eletricidade, com combustíveis, conservação e reparação e uma diminuição de honorários em 131 mil euros em fornecimento e serviços externos;
- 8 – O Município cumpriu em todas as fases o princípio do duplo equilíbrio previsto no POCAL, ou seja os recursos cobrem todas as despesas e as receitas correntes são superiores às despesas correntes;
- 9 – Os mapas de execução orçamental demonstram uma taxa de execução orçamental global de 93%;
- 10 - Um resultado líquido do exercício positivo. Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado do GP do PS, Paulo Bastos, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

*“Eu sinto-me lisonjeado, por um lado; por outro lado, se calhar como os outros presentes, insultado com a sua resposta, deixe-me que lhe diga. Sabe quantos tipos de contabilidade é que uma Câmara tem? Não sabe. Você não tem que saber nada. Não tem que saber o resultado da Câmara. Devo dizer que, antes de mais, devo dizer que não tenho dúvida nenhuma. Não tenho dúvida nenhuma daquilo que disse. Só constatei como o meu colega disse, factos erróneos, mais alguns. Não tinha tempo, se tivesse mais uns 20 minutitos. Mas pronto. Só para dizer isso, a contabilidade de custos tem a patrimonial e tem a orçamental. Não é? Nós não percebemos nada de Câmaras, mas ainda estamos à espera que venha aqui alguém discutir connosco.*

*Relativamente ao draft da certificação legal de contas... porque efetivamente isto, o senhor deputado Luís Amaro da Costa, se quiser tomar nota, já que vai falar com a sociedade de revisores oficiais de contas. Não? Pronto, alguém há de falar. Diga-lhes a eles que, na página 5 eles referem o seguinte “As provisões no valor de 1 milhão 794 mil euros, correspondem a processos judiciais em curso.” Este 1 milhão 794 mil é de 2017. O de 2018 é de 1 milhão 806. Só para eles corrigirem. O draft da CLC, da certificação legal de contas e o relatório de contas do auditor externo, não são mais do que, o corolário do que foi dito anteriormente. Mantém-se a reserva e, a determinada altura, o que se fala no que respeita às variações ocorridas nas rubricas dos bens do domínio público e imobilizações corpóreas, o valor dessas rúbricas não reflete a efetiva situação patrimonial relativamente aos bens do imobilizado, tanto do domínio público como privado do Município, em virtude de o município ainda se encontrar a proceder à*

*inventariação física de todos os Bens pertencentes ao seu imobilizado. Isto tem repercussões também ao nível dos proveitos diferidos. Isto é muito mais do que parece. Não é? Isto é muito mais do que parece. Porque, depois, trabalha os proveitos, trabalha os custos e as coisas ficam por individualizar: a rede de abastecimento de águas pluviais, saneamento, fibra e iluminação pública. O relatório e parecer do auditor externo refere o seguinte: “a contabilidade das demonstrações financeiras do relatório de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade patrimonial e financeiro do Município do exercício em causa, com a tal limitação de âmbito.” Boa noite.*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Para dizer, em relação a este ponto da ordem de trabalhos que, não obstante, de facto, a opinião que nos é fornecida com uma reserva que, como já foi referido tem a ver com a questão do imobilizado e que, tanto quanto já nos foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, está a ser, mas demora tempo naturalmente, que está a ser tratado, também é verdade que o mesmo relatório diz claramente que as contas apresentam, as demonstrações apresentam, de forma verdadeira, apropriada, a posição financeira do Município da Póvoa de Lanhoso. Também deveremos realçar aqui que, e isso por acaso não foi dito na intervenção anterior, que o Município, evidenciou, quando comparado com o ano anterior, uma melhoria na capacidade de satisfação das suas obrigações exigíveis, porque, Sr. deputado Paulo Bastos, se vimos para aqui ler o que está no relatório, deixe-me ler-lhe também, porque não o leu, que aqui também diz que o aumento significativo do património ocorrido nos últimos exercícios, em consequência do cadastro de redes viárias e arruamentos como consequência rara dos rácios de solvabilidade de autonomia muito bons. Também tenho uma série de indicações, como o facto da boa nota deste orçamento das contas ou deste ano da Câmara Municipal. Mas, e para terminar, dizer ainda e uma vez que foram apresentadas reservas em relação aos rácios apresentados neste relatório; peço à Câmara Municipal que peça, por sua vez, à sociedade de revisores de contas que esclareça esta posição e que, na próxima Assembleia Municipal, nos traga a posição da sociedade de revisores de contas, porque eu acho que é importante termos não só uma das perspetivas, mas também sabermos como é que a sociedade de revisores de contas se defende; porque, a ser verdade, é uma situação que tem que ser esclarecida e cuja responsabilidade terá de ser imputada.*

*Em relação a este assunto, é apenas para dar indicação de que nos consideramos, também, inteirados em relação ao ponto nove da ordem de trabalhos.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Em relação a este relatório trimestral do revisor oficial de contas, para além de algumas maleitas que já lhe foram apontadas, eu gostaria de saber, por exemplo, quanto aos acréscimos e diferimentos, em que se verifica aqui uma diferença tão grande, de um ano para o outro. Embora aqui esteja dada uma explicação, mas não uma explicação cabal. Eu gostaria que, efetivamente, isso fosse melhor explicado.*

*De resto, a principal vertente do relatório, digamos, é a sua aprovação com reservas, e com reservas significativas. E pelos vistos as reservas que já vêm de trás e tem-se vindo a manter, tem-se vindo a repetir e, portanto, a Câmara Municipal merece uma censura por esta situação. Nesta medida, relativamente a este relatório, o MAI só pode, obviamente, votar contra.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Obrigado Sr. Presidente. É só para subscrever a recomendação que o senhor deputado Luís Amaro da Costa fez à Câmara Municipal, dizer para então consultar o revisor oficial de contas, para corrigir ou dar a sua versão do documento e aproveitar, senhor deputado, para se concordar com isto também, para que não só quando lhe convém, faça esta consulta, faça consulta também aos técnicos e traga as respostas a tudo aquilo de que foi questionado hoje. Se quiser consultar as atas das assembleias anteriores, todas as perguntas que ficaram tem resposta, não só a resposta do ROC, mas a resposta de todas as perguntas que foram colocadas e ficaram sem resposta. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Naturalmente que, tendo deputados especializados em determinadas matérias, só poderá enriquecer o debate, mas não posso permitir que, sistematicamente, ponha em causa os nossos técnicos, acusando-os de situações graves, situações de falta de conhecimento, factos erróneos, falta de profissionalismo. Foi isso tudo que o senhor deputado Paulo Bastos fez, nesta e noutras assembleias, e isso não posso permitir.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e,, no uso da palavra referiu:

*“Sr. Presidente, da mesma forma que a senhora Vice-Presidente não pode permitir, nós também não podemos permitir que meta palavras na boca dos deputados, que eles não disseram. E o que o senhor deputado fez está gravado, façam o favor de ouvir. O que o senhor deputado fez foi analisar um documento, detetar erros e enunciar esses erros. Nunca, em momento algum, ele atacou qualquer técnico.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora, Gabriela Fonseca e, no uso da palavra, referiu:

*“É só para esclarecer ou relembrar que a falta de profissionalismo até se referiu quanto aos registos contabilísticos do património, não foi à Câmara, foi aos técnicos. São eles que fazem os registos contabilísticos. Desculpe lá, foi nessa altura e está aqui escrito e está gravado de certeza.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado do GP do PS, Paulo Bastos e, no uso da palavra, referiu:

*“Só para esclarecer que a palavra “falta de profissionalismo”, que usei, foi na falta de registos que vocês deviam ter, e não foi aos técnicos, foi à Câmara. Vocês, apesar de terem uma recomendação do vosso consultor externo, desse ROC, no mês de janeiro, foi nessa altura, no mês de janeiro, no mês de fevereiro, março, maio e só em junho é que lançaram o primeiro, inventariam o primeiro. Foi aí que eu disse, e reitero, falta de profissionalismo de outros técnicos.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, para os efeitos do disposto na alínea l) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, deu início ao ponto 10 da ordem de trabalhos:

**Propostas da câmara municipal para:**

- a) **Alteração da organização dos serviços municipais, estrutura e competências, bem como o regulamento, e organigrama respetivo, para o exercício de 2019, nos termos do Decreto-Lei 305/2009 de 23 de outubro com as especificações implícitas da Lei 49/2012, de 29 de agosto, conforme alínea m) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**
- b) **Aprovação da 2ª alteração do mapa de pessoal para 2019, conforme determina a alínea o) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*"A organização dos serviços municipais, estrutura e competências, tem que ser um documento dinâmico que reflita a legislação que vai saindo, avulsamente, e as necessidades do Município. Foi realizada uma reflexão com os serviços sobre a estrutura orgânica da Câmara, já há vários meses que temos trabalhando este assunto mas, pelo facto do Vereador Baptista ter estado o tempo que esteve nestas circunstâncias que sabem, não foi possível concluir esse trabalho noutro tempo que não este. A estrutura estava claramente reduzida por força da lei, com défice de chefias de topo e de chefias intermédias; as constantes alterações legislativas, nomeadamente, com a recente legislação sobre as pré-reformas, e o que se prevê ao nível de descentralização, recomenda que façamos uma atualização atempada à estrutura, preparando-se para o que vier. Ainda por questões complementares que aceleram esta alteração, necessidade de separar o urbanismo do planeamento, de forma a poder ter uma melhor capacidade de resposta nas duas áreas. Notar que, quer ao nível do urbanismo, quer ao nível do planeamento, há um aumento significativo de trabalho, seja pelos novos licenciamentos, seja pelos inúmeros projetos de obras que estão em curso. Não faz sentido estas duas divisões estarem juntas, com défice de chefias. Há necessidade de integrar o gabinete para a reabilitação urbana, necessidade de criar o gabinete de proteção de dados, e alargar o âmbito da gestão da qualidade. Não faz sentido termos técnicos a meio tempo, em áreas em que queremos apostar e dar uma boa resposta. Muito obrigada."*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*"Relativamente a este ponto, é composto por duas propostas, mas como são sobre duas temáticas que convergem, irei abordá-las em conjunto."*

*É sabido que, cada vez mais, se vislumbra no horizonte temporal transferência de mais atribuições de competências para o local em diversas áreas de atuação e que, gradualmente, é observável um acréscimo de situações nas autarquias locais que obrigam a uma integração e resolução rápida e célere, tendo em conta a proximidade dos munícipes e estes verem os seus problemas resolvidos. Por tais factos, a bancada parlamentar do PSD percebe a necessidade da reestruturação da reorganização dos serviços municipais e estrutura de competências, bem como o regulamento e organigrama e quadro de pessoal que o sustenta, com um aumento do número de divisões e chefias intermédias. E por considerar que quem governa os destinos no nosso Concelho é quem tem a noção mais realista das verdadeiras necessidades para garantir a capacidade de resposta dos serviços municipais, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente as duas propostas apresentadas neste ponto da ordem de trabalhos. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, segunda assembleia ordinária do ano e segunda alteração ao mapa de pessoal. Parece que existe uma relação de causa-efeito. Desta vez, a alteração fundamenta-se no vislumbre da transferência de novas competências por parte da administração central, na necessidade de criar chefias intermédias para melhorar a coordenação e na verificação do aumento de trabalhos na área da reabilitação urbana. Ora, Sr. Presidente, a Câmara Municipal sustenta a sua organização interna em função de vislumbres? A necessidade de criar chefias intermédias não existia já, aquando da aprovação do mapa de pessoal para 2019, ou a aquando da primeira alteração ao mapa em fevereiro de 2019? Trata-se de uma necessidade com dois meses? Os empréstimos para as obras de requalificação foram aprovados em 2018 e só agora é que concluíram que os trabalhos iam aumentar?*

*Sr. Presidente, esta proposta não revela apenas uma total ausência de capacidade de planeamento por parte deste executivo. Ela é também reveladora de uma estratégia a nosso ver completamente bacoca, de tentar esconder o enorme aumento da rúbrica de recursos humanos e o impacto deste aumento no orçamento do Município. Esta rúbrica valia, em 2018, 23,4% do orçamento da Câmara Municipal. Quanto é que vale hoje, Sr. Presidente, a rúbrica dos recursos humanos? Não podemos deixar de sublinhar que o número agora proposto para os postos de trabalho a recrutar, corresponde a 26,5% dos postos de trabalho ocupados, representa mais de ¼ dos trabalhadores da Autarquia, num ano de 207 postos de trabalho, passa para 263 e ainda não aprovamos a*

*transferência de competências. cremos que esta é uma área merecedora, por parte do executivo, de um estudo aprofundado, cuidado e estratégico. Obrigada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP do PS, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“O PS compreende a necessidade de se ampliar o quadro de pessoal, em um contexto que procura a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Contudo, convém ao executivo ter o cuidado em, ao aumentar o quadro de pessoal, não o tornar num futuro de despesa rígida. É preciso que esses aumentos sejam o reflexo real das necessidades atuais e futuras do Município. Não podemos cair no erro, usando a descentralização de competências como escudo, de se vir a criar um colosso camarário, com um crescimento anormal das despesas correntes a acontecer, haverá uma menor sustentabilidade financeira no futuro e que irá ser paga a custo dos povoenses. Face à proposta apresentada, a mesma deveria fazer-se acompanhar de uma análise de custos e encargos. Posto isto, o PS irá abster-se.”*

**Deliberação a): A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 22 votos a favor, 15 votos de abstenção e 3 votos contra, a proposta da câmara municipal para alteração da organização dos serviços municipais, estrutura e competências, bem como o regulamento, e organigrama respetivo, para o exercício de 2019, nos termos do Decreto-Lei 305/2009 de 23 de outubro com as especificações implícitas da Lei 49/2012, de 29 de agosto, conforme alínea m) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

**Deliberação b): A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 22 votos a favor, 15 votos de abstenção e 3 votos contra, a proposta da câmara municipal para aprovação da 2ª alteração do mapa de pessoal para 2019, conforme determina a alínea o) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos para leitura de declaração de voto.

Interveio a deputada Carla Santos do GP do MAI e, no uso da palavra, referiu:

*“Declaração de voto*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal.*

*O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente (MAI) na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, vem fazer constar da Ata da reunião da*

*Assembleia Municipal, sessão plenária ordinária nesta data realizada, a sua declaração de voto referente ao ponto dez da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:*

*1.º - Considerando que o número agora proposto para postos de trabalho a recrutar correspondente a 26,5% dos postos de trabalho ocupados representado mais de ¼ dos trabalhadores da Autarquia;*

*2.º - Considerando que o executivo Municipal não fez um estudo aprofundado, cuidado e de carácter estratégico para a área dos recursos humanos;*

*3.º - Considerando que as sistemáticas alterações ao mapa de pessoal são reveladoras de uma total ausência de planeamento;*

*Nesta lógica, o Grupo Parlamentar Municipal do MAI vota contra no ponto deliberativo em questão, deixando bem vincado que o presente voto constitui uma forte censura política ao Executivo Municipal pela ausência total de estratégia e respetivo impacto em relação às presentes contas de exercício.*

*Vila da Póvoa de Lanhoso, 30 de abril de 2019.*

*O Grupo Parlamentar Municipal do MAI.”*

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, deu início ao ponto 11 da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para aceitação da constituição da empresa local de natureza intermunicipal com o objeto exclusivo de proceder à triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, nos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras do Bouro, assumindo o Município de Póvoa de Lanhoso, uma participação direta de 4,20% e para mandar a BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., através dos titulares do seu órgão executivo, para prosseguir todos os atos administrativos e societários com vista a constituição do sistema intermunicipal delegatário.**

O deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, ausentou-se da sala.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Atualmente a BRAVAL é um sistema multimunicipal de triagem e recolha e valorização e tratamento de resíduos sólidos.*

*Tendo em vista o término da concessão que tem a data de 09 de outubro de 2021, por despacho do Secretário de Estado do Ambiente, foi constituído um grupo de trabalho,*

*constituído pela ERSAR, pela própria BRAVAL, pela APA, mas também pela CCDRN, com vista ao estudo da continuidade da concessão. Mediante esse estudo e também mediante aquilo que foi a proposta do Conselho de Administração da BRAVAL, é proposta a criação de uma empresa intermunicipal detida da mesma forma que é atualmente pelos municípios com as mesmas participações, com vista a que exista aqui a continuidade da concessão para um futuro prazo de semelhante ou pelo menos de semelhante aquele que já existe na atualidade. Perante isto, é desta forma que se coloca aqui o ponto na sessão. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada do GP do PSD, Fátima Alves, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“O Senhor Vereador, e bem, já esvaziou um pouco o conteúdo que eu aqui vos ia apresentar. Portanto o que está aqui em cima da mesa visa dar continuidade à atividade que tem vindo a ser celebrada pela BRAVAL, e temos que encontrar soluções para que seja garantida esta continuidade à população; o que está em causa é, sem dúvida, o término da concessão que, ao que tudo indica, irá ter lugar em outubro de 2021. Dar nota que este término tem subjacente a participação privada da BRAVAL; portanto, nós temos aqui uma entidade que não é só composta por municípios, mas também tem cerca de 40% de capital privado. No entanto, há aqui todo um know how, ou há aqui uma máquina que está montada em termos de recolha e tratamento de resíduos sólidos que tem que ter continuidade. Nós estamos aqui a votar apenas a constituição em tempo útil de uma empresa que possa dar continuidade a este serviço, garantindo as mesmas condições, em termos de instalações de trabalhadores e de modus operandi. Não nos resta, em termos de bancada parlamentar, muita dúvida a não ser permitir, sim, que seja conferida essa possibilidade. Não quer isto dizer que, durante algum período, não tenhamos ambas as entidades em simultâneo. Portanto há aqui toda uma transição que só pode ser escrutinada após termos a decisão do Estado, em termos de transferência de ativos. Dar nota que o executivo, e bem, e aqui é importante salientar este aspeto, tudo fez para que esta nova empresa acabada de criar viesse para a Póvoa de Lanhoso, o que veio a ser acolhido pelas restantes participações sociais. Portanto, é agradável para a empresa, que não ficará assim sujeita à derrama, aqui na Póvoa de Lanhoso (se fosse para Braga já ficaria) e também é muito agradável tê-la cá na Póvoa de Lanhoso, pois irá pagar cá os seus impostos. Dar nota que o executivo também tem tido uma postura atenta relativamente à BRAVAL, no âmbito do apoio à cultura, no âmbito de todos os apoios que são concedidos, ou seja, uma prevalência em termos de contratação de mão-de-obra da Póvoa de Lanhoso. Portanto, a bancada parlamentar do PSD vai no sentido de votar favoravelmente a criação desta empresa, desde que a sede*

*fique naturalmente na Póvoa de Lanhoso, mantendo-se na participação social de 4.2% e evidentemente que o executivo irá acompanhar de perto toda esta transferência de ativos e acautelar que todo o património fique devidamente acautelado e a participação social também. Muito obrigada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Obrigado Sr. Presidente, apenas para dizer que a proposta em questão não nos suscita grandes dúvidas e, portanto, votamos favoravelmente. No entanto, gostaria apenas de deixar uma questão: tentar perceber se a Câmara Municipal, nesta negociação, tentou procurar alguma contrapartida para a Póvoa de Lanhoso, nomeadamente, na contratação de pessoal, privilegiar os povoenses; sim ou não? Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira e, no uso da palavra, referiu:

*“Sr. Presidente, o MAI também irá votar favoravelmente este ponto 11. No entanto, tinha aqui duas ou três questões para levantar à Câmara Municipal: o que é que vai mudar concretamente para a Póvoa de Lanhoso com esta nova empresa? Quais são as melhorias para o nosso Concelho? E também, não querendo estar a fazer uma pergunta igual ao PS, mas tenho que a fazer também, que é se será dada alguma preferência a trabalhadores residentes no nosso Concelho? Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Dando aqui resposta às questões colocadas, com base nesta decisão, do próprio Município, o Senhor Presidente, e bem, defendeu três pressupostos a serem tidos em conta aquando desta negociação e no futuro. O primeiro deles era a mudança, a criação da sede social da empresa a constituir, embora a assembleia intermunicipal seja na Póvoa e Lanhoso, que os funcionários a serem contratados sejam do Concelho da Póvoa de Lanhoso, sendo que, neste momento, mais de 50% dos funcionários são residentes na Póvoa de Lanhoso, e assim como a negociação de um subsídio anual a atribuir ao Município, para a dinamização cultural, no valor de 12 mil euros. Foram esses os três pressupostos negociados com o Sr. Presidente.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, António Ramalho.

Interveio o deputado do GP do MAI, António Ramalho e, no uso da palavra, referiu:

*“Eu só gostaria de um esclarecimento neste sentido: quando a BRAVAL veio aqui para a Póvoa de Lanhoso, o PSD moveu-lhe uma guerra sem quartel, e de todo o modo, a empresa veio e instalou-se e tem estado a trabalhar normalmente. Agora coloca-se a questão que na altura havia um período de esgotamento da capacidade em termos de instalação, em termos de tratamento. Agora estão a falar aqui que será, eventualmente, renovado o contrato desta empresa a constituir, por um período idêntico aquilo que vigorou até à data, até 21. A questão que eu coloco é o seguinte: efetivamente essa capacidade mantém-se, ou seja, aquilo que se previa que tivesse um esgotamento no fim de 12 ou 13 anos, tanto quanto me recordo, isto já vai há bastante tempo. De todo o modo, a empresa mantém-se em funcionamento, e pergunto, efetivamente se a capacidade se mantém, ou por quanto tempo é previsível que essa capacidade se mantenha? Mais, que, naturalmente, a Póvoa de Lanhoso tem contrapartidas da sua existência, mas também tem inconvenientes, enquanto, digamos, os efeitos ao nível da ecologia, que tem os seus efeitos nefastos, como todos nós sabemos. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“A informação de facto que temos é de que, sim, existe capacidade por parte da BRAVAL e inicialmente um destes pressupostos que falou, do esgotamento da capacidade num prazo menor que estes 20 anos, é algo que nos é explicado da seguinte forma: que esse problema cada vez se põe menos, devido à grande qualidade do serviço prestado pela BRAVAL, essencialmente ao nível da triagem e da valorização dos resíduos, ou seja, o resíduo que é depositado em aterro é cada vez menos, ou seja, a capacidade só por si vai aumentado no horizonte temporal. Obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da câmara municipal para aceitação da constituição da empresa local de natureza intermunicipal com o objeto exclusivo de proceder à triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, nos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras do Bouro, assumindo o Município de Póvoa de Lanhoso, uma participação direta de 4,20% e para mandar a BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., através dos titulares do seu órgão**

**executivo, para prosseguir todos os atos administrativos e societários com vista a constituição do sistema intermunicipal delegatário.**

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, deu início ao ponto 12 da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para aprovação simultânea da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Vila da Póvoa de Lanhoso, de acordo com o n.º 2, do Art.º 7 da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Quem tem a responsabilidade da gestão do território e, acima de tudo, da definição dos eixos prioritários, mercê da dotação orçamental em sede de fundos comunitários, decidiu, há cerca de 4 anos, introduzir novos modelos de planeamento urbano. As comissões de coordenação incentivaram os Municípios a definir e fundamentar áreas de reabilitação urbana, ditas ARU, no sentido de servirem de suporte a planos mais aprofundados de aperfeiçoamento do território. Visão esta que se aplicava aos municípios, enquanto agentes de reabilitação do espaço público, mas também aos privados, tentando, desta forma, alavancar a recuperação do edificado mais antigo e até devoluto. Desta estratégia nasceram as áreas de reabilitação urbana, os planos estratégicos de reabilitação urbana e as operações de reabilitação urbana, que cada Município adaptou à sua realidade.*

*Como forma de acelerar este planeamento estratégico, a CCDRN condicionou grande parte dos eixos de financiamento comunitário para projetos que resultassem destes novos documentos, dando um sinal claro de que era na reabilitação dos centros urbanos que estaria grande parte do envelope financeiro no âmbito do Norte 2020. Foi desta forma que, na Póvoa de Lanhoso, se avançou em 2015 para a definição de uma ARU, que agora evolui para um plano estratégico que acomoda todo este novo paradigma; dizer de uma forma clara que a decisão política de optarmos por uma única ARU resulta da reflexão que fizemos, depois de consultarmos os nossos serviços e do apoio externo, especializado, que contratamos nesta área.*

*Entendemos que, numa primeira fase, devemos consolidar o núcleo urbano existente, quer ao nível do espaço público, dos equipamentos municipais, quer ao nível do edificado privado. No fundo, queremos com esta experiência da Vila perceber se o efeito que se pretende ao nível dos proprietários privados será alcançado, fundamentando o alargamento deste modelo a outras áreas do Concelho. É bom ter presentes duas questões fundamentais. Primeiro, não pode a Autarquia criar Aru's indiscriminadamente sem critério e para núcleos sem massa critica que justifica um plano desta natureza. Segundo, numa perspetiva de coesão do território, deve a Autarquia incentivar a*

*requalificação do edificado privado, interesse arquitectónico e habitacional, promovendo e divulgando os vários incentivos já existentes, acrescentando a outros que sejam de decisão municipal.*

*Os documentos que hoje trazemos para aprovação tiveram o seu momento de discussão pública, tendo a Câmara Municipal promovido a sua divulgação. A ARU, sendo a mesma de delimitação de 2015, não careceu de atualização. O PERU foi amplamente discutido, vindo agora para aprovação. Aqui está espelhada a estratégia do mandato para esta área do Concelho, no que aos equipamentos públicos diz respeito, mantendo uma coerência do planeamento com o programa eleitoral que os povoenses escolheram, como não poderia deixar de ser. As obras que estão em curso na Vila são já resultado da estratégia de reabilitação urbana, que mereceu o apoio da CCDRN. Para que possamos continuar com este trabalho, temos de aprovar estes documentos. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do GP do MAI, José Eduardo Vieira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Relativamente ao ponto em questão, visto tratar-se da aprovação da área e do plano estratégico da reabilitação urbana com os benefícios inerentes por todos conhecidos, nada temos a opor. Contudo, gostaríamos de questionar o executivo sobre o vosso entendimento entre a aprovação que hoje propõe e o início do processo de alteração do PDM, que ao que consta terá início ainda neste ano. Este plano e esta área estão harmonizados com a alteração que ainda não teve início? Fica a sugestão ao executivo para que, quando inicie o processo de revisão do PDM, proceda também à revisão da delimitação da área de reabilitação urbana ou até mesmo à criação de outras ARU’s em pontos de manifesto interesse para o nosso Concelho. Sabendo que é imperioso atrair gente e empresas para o Concelho da Póvoa de Lanhoso, não faria sentido que a ARU englobasse as áreas já existentes de expansão habitacional? Não seria isso um incentivo à fixação de pessoas?*

*O GP do MAI, ainda assim, votará favoravelmente este ponto. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Apenas para informar que o GP do PS votará, também, favoravelmente este ponto.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Quanto à atualização do PDM, de facto, o Município tem cerca de um ano, junho de 2020, para a atualização do PDM. Contudo, temos que ver as implicações que o novo Plano Diretor Municipal vai ter, por forma a cruzá-la com aquilo que é a atual ARU. Mediante isso será feita uma avaliação da necessidade ou não de alteração da área. Obrigado.”*

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da câmara municipal para aprovação simultânea da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Vila da Póvoa de Lanhoso, de acordo com o n.º 2, do Art.º 7 da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, João Duque, comunicou que a sessão ordinária da assembleia municipal do mês de junho foi antecipada para dia 07, realizando-se no início do mês e não no fim do mês de junho, como anteriormente estava marcado. E, por fim, colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, permitindo desta forma a imediata eficácia das deliberações tomadas; declarou que foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão, desejando a todos uma boa noite e uma excelente comemoração do primeiro de maio.